

IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO:

Desafios Contemporâneos das
Sociedades Ibero-Americanas

De 23 a 27 de agosto de 2021

EVENTO ONLINE

ANAIIS DO EVENTO

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



fapesp



Comissão Organizadora

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Marcelo Feldhaus	Diretor de Ensino de Graduação Representante da Pró-Reitoria Acadêmica Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Carlos Renato Carola	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Aurélia Regina de Souza Honorato	Coordenadora do Curso de Artes Visuais Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Bruno Dandolini Colombo	Curso de Educação Física Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Cibebe Beirith Figueiredo Freitas	Coordenadora Adjunta do curso de Letras Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Jeferson Luis Azeredo	Comissão de Divulgação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Lucene Cândido Magnus	Representante discente do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Vanessa Marcos Medeiros	Representante do Conselho Editorial Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Rafaela Ribeiro Pereira	Representante da Diretoria de Ensino de Graduação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Comissão Científica

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Graziela Fátima Giacomazzo	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Antonio Fernando Silveira Guerra	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Profª. Dra. Maria Teresa Santos Cunha	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Prof. Dr. José Antonio Mateo	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER (Argentina)
Profª. Dra. Ana Paula Vosne Martins	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Profª. Dra. Silvia Maria de Favero Arend	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Profª. Dra. Amalia Morales Villena	Universidad de Granada - Espanha
Profª. Dra. Maria Stephanou	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Denise Balarine Cavalheiro Leite	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Ana Sabrina Mora	Universidad Nacional La Plata - UNLP (CONICET) - Argentina
Profa. Dra. Patrícia Ferraz de Matos	Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Miguel Anxo Santos Rego	Universidade de Santiago de Compostela - Espanha
Prof. Dr. Agustín Escolano Benito	Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE) - Espanha
Prof. Dr. Alex Sander da Silva	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Prof. Dr. António Gomes Ferreira	Universidade de Coimbra - Portugal
Profª Dra. Patricia Paola Ames Ramello	Pontificia Universidad Católica del Perú - Peru
Profª Dra. Maria Luiza Rico Gómez	Instituto Universitário de Estudos Sociais da América Latina Universidade de Alicante - Espanha
Profª Dra. Maria João Mogarro	Instituto de Educação Universidade de Lisboa - Portugal

Grupos de Trabalho

Giani Rabelo e Ismael Gonçalves Alves

Finanças

Amalhene Baesso Reddig, Aurélia Regina de Souza Honorato e Maxuel Sander Flor

Cultura

Birgit Harter Marques e Matheus Zimmermann

Monitoria

Caroline Bortot, Jeferson Luis de Azeredo e Lucas Damásio

Comunicação e Divulgação

Lucene Cândido Magnus e Rafaela Ribeiro Pereira

Secretaria Geral

Leila Laís Gonçalves, Paulo Martins e Wender Firmino

Tecnologia

Carlos Renato Carola e Cibele Beirith Figueiredo Freitas

Apresentações de Pôsteres

Secretaria

Rafaela Ribeiro Pereira

Secretária da Diretoria de Ensino de Graduação
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Diagramação

Victor Burato

Designer

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



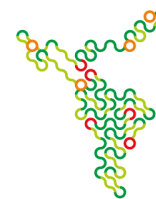
GT62

Mundos do Trabalho na Ibero-América: Resistência, trabalho e lutas na Contemporaneidade

SUMÁRIO

CLIQUE E SEJA DIRECIONADA/O PARA O TRABALHO

- 7 A CONSTRUÇÃO DE UM PERFIL EMPREENDEDOR DE JOVENS EMPRESÁRIOS: UMA REINVENÇÃO DE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO?**
André Luciano Viana
Acacia Zeneida Kuenzer
- 17 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO SETOR DO VESTUÁRIO DE BLUMENAU/SC**
Luiz Messias de Souza Neto
- 30 MIGRAÇÕES NO BRASIL: DESAFIOS PARA A FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE**
Gabriela Rech Salib
- 42 O HAITI NO TURISMO INTERNACIONAL: INTEGRAÇÃO EXTERNA E EXCLUSÃO SOCIAL**
Hoyêdo Nunes Lins
- 55 O SINTE REGIONAL DE ARARANGUÁ NA MEMÓRIA DE PROFESSORES: ENTRE LEMBRANÇAS E LUTAS**
Rodrigo Antonio Mattos



A CONSTRUÇÃO DE UM PERFIL EMPREENDEDOR DE JOVENS EMPRESÁRIOS: UMA REINVENÇÃO DE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO?

André Luciano Viana¹
Acacia Zeneida Kuenzer²

Resumo: Percebe-se que muitas vezes as transformações nas relações sociais e de trabalho são constantes, seja pela influência de novos conceitos econômicos ou até mesmo, pela criação de outras formas de trabalho, pautadas pelo enfrentamento às práticas capitalistas tradicionais e, nesse sentido, o empreendedorismo tem sido tema de estudo, sobretudo, ao pensar na inclusão de jovens no mercado profissional. O objetivo da pesquisa é analisar o contexto dito como “perfil empreendedor”, de jovens empresários vinculados às diversas iniciativas de coletivos/empresas atuantes no movimento *Slow Fashion* na Região Metropolitana de Porto Alegre-RS. As conclusões parciais, obtidas por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas, apresentam indícios relevantes na construção de uma possível nova relação homem x trabalho, com características diferenciadas do empreendedor tradicional, como por exemplo, uma busca constante de compartilhamento de informações, mas no entanto, essa distinção, proporciona também, nos casos analisados, características que são comuns nas empresas tradicionais, como tensões no relacionamento entre as pessoas e dúvidas sobre o futuro.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Porto Alegre. *Slow Fashion*. *Slow Movement*. Trabalho.

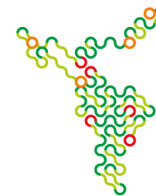
BUILDING AN ENTREPRENEURIAL PROFILE OF YOUNG ENTREPRENEURS: A REINVENTION OF LABOR RELATIONS?

Abstract: It is noticed that transformations in social and work relations are often constant, whether due to the influence of new economic concepts or even the creation of other forms of work, based on confronting traditional capitalist practices and, in this sense, entrepreneurship it has been the subject of study, above all, when thinking about the inclusion of young people in the professional market. The objective of the research is to analyze the context referred to as “entrepreneurial profile”, of young entrepreneurs linked to the various initiatives of collectives/companies active in the *Slow Fashion* movement in the Metropolitan Region of Porto Alegre-RS. The partial conclusions, obtained through bibliographic research and interviews, present relevant evidence in the construction of a possible new man x work relationship, with different characteristics from the traditional entrepreneur, such as a constant search for information sharing, but nevertheless, this distinction also provides, in the cases analyzed, characteristics that are common in traditional companies, such as tensions in the relationship between people and doubts about the future.

Keywords: Entrepreneurship. Porto Alegre. *Slow Fashion*. *Slow Movement*. Work.

¹ Professor Doutor em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, Brasil.

² Professora Doutora em Educação: História, Política e Sociedade pela PUC/SP, Brasil.



Introdução

O presente estudo integra uma das etapas de uma pesquisa mais ampla, no Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade FEEVALE. A defesa da Tese ocorreu em 2019, cujo o intuito foi problematizar a temática das relações de trabalho na contemporaneidade, e ambicionava contribuir na discussão a respeito dos processos de inclusão e exclusão, ressaltando a diversidade existente em práticas de enfrentamento ao capital e seu impacto nos modos de vida dos sujeitos.

A fundamentação teórica, partiu de diversos estudiosos, como Acacia Zeneida Kuenzer; Avelino da Rosa Oliveira; Boaventura de Sousa Santos; David Harvey; Friedrich Engels; Guy Debord; John McMillan; Karl Marx; Manuel Castells; Ricardo Antunes; Richard Sennett; Robert Castel; Zygmunt Bauman; Carl Honoré; Kate Fletcher e Maria da Glória Marcondes Gohn, entre outros.

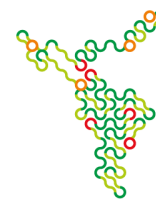
Já, o objetivo principal deste artigo foi analisar o contexto em torno do “perfil empreendedor”, de jovens empresários vinculados às diversas iniciativas de coletivos/empresas atuantes na Região Metropolitana de Porto Alegre-RS. O enfoque foi realizado em ações do “*Slow Fashion Movement*”, como objeto principal da investigação.

O estudo busca apresentar discussões a respeito da resignificação do trabalho na contemporaneidade, fundamentadas pela diversidade de práticas de enfrentamento ao sistema capitalista tradicional, pois muitas vezes, os jovens empresários são considerados como agentes de mudança, pelas alterações na forma de atuação em chamados “novos ambientes de negócios”.

Como procedimentos metodológicos, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e fragmentos da pesquisa de campo e também das entrevistas, realizadas originalmente na construção do estudo da tese. A seguir, na seção seguinte, apresentam-se as discussões obtidas na seção seguinte.

Desenvolvimento

As diferentes transformações nas relações sociais e de trabalho, seja pela influência de novos conceitos econômicos ou até mesmo, pela criação de outras formas de trabalho, o empreendedorismo tem sido tema de estudo, sobretudo, ao pensar na inclusão de jovens no mercado profissional.



Considera-se, de modo relevante, que há demonstrações de enfrentamentos com eficientes intencionalidades que buscam repensar os modos de produção, sejam eles motivados por fatores econômicos, sociais, ambientais ou legais. Determinados movimentos sociais contemporâneos, representados pelo objeto de estudo incorporado a esse artigo, refere-se ao “Movimento Slow” ou “Movimento Lento”, em uma tradução literal, apresentam essas perspectivas (VIANA, 2019).

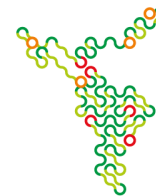
Considera-se que o conceito do movimento *Slow Fashion* tem inspiração no *Movimento Slow Food*, discutido na primeira vez pelo jornalista italiano Carlo Petrini quando liderou uma série de ações contra a rede de restaurantes *fast food* McDonald's, na década de 1980, afirma Oliveira (2014). Esse conceito, aborda a contradição à rotina de vida acelerada nas relações pessoais e sociais, ou seja, através de uma trajetória mais *slow* [lenta], que contestaria a acelerada quantidade de tarefas do dia a dia, a superficialidade dos relacionamentos com a natureza e com o outro. A busca por uma vida mais *slow* abarca muitas terminologias, de ramos e atividades diferentes, angariando adeptos em todo o mundo à procura de uma qualidade de vida por meio de suas atividades cotidianas (VIANA, 2019).

A ideia do movimento *Slow Fashion*, foi cunhado pela pesquisadora inglesa Kate Fletcher em 2007 e busca traçar um paralelo entre a produção de moda sustentável, na busca de uma visão diferenciada, quando o prazer de se vestir é atrelado à responsabilidade socioambiental com a cadeia produtiva (FLETCHER, 2014, tradução nossa). Esse movimento, ganhou ainda mais notoriedade em 2013, com a criação do Movimento “*Fashion Revolution*”, um conselho mundial de lideranças na área de moda sustentável, que se uniram após o desabamento de uma fábrica de vestuário de grandes marcas no Edifício Rana Plaza³, em Bangladesh, em abril de 2013, que deixou mais de mil mortos e milhares de feridos, expondo, de maneira cruel, as precárias condições de trabalho na indústria da moda.

Os princípios do *Slow Fashion* são apontados no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Princípios do Movimento *Slow Fashion*

³ A tragédia ocorrida em Bangladesh, expõe as situações precárias em que se encontravam os trabalhadores e mesmo assim, embora o governo local declare que desejaria melhorar as condições de trabalho, preocupa-se com as consequências inevitáveis para o futuro dos milhões que dependem da indústria da moda (NORTH, 2013, tradução nossa).



PRINCÍPIO	CONCEITO
1. Visão geral/abrangente	Devemos compreender que nossas escolhas estão interconectadas em um sistema ecológico e social, que afetam o meio ambiente e as pessoas, por isso, o <i>Slow Fashion</i> incentiva que tomemos decisões adequadas e justas, para gerarmos impactos positivos.
2. Diminuir o consumo	O <i>Slow Fashion</i> sugere uma produção mais lenta e programada, o que diminui o impacto ambiental, uma vez que a produção estará em um ritmo mais saudável e alinhado aos ciclos naturais. O respeito ao tempo também melhora as condições de trabalho dos profissionais da indústria têxtil e incentiva um modo de pensar, agir e consumir baseados nos raciocínios: “qualidade sobre quantidade” e “menos é mais”.
3. Diversidade	As marcas <i>Slow Fashion</i> esforçam-se para manter a diversidade ecológica, social e cultural. Neste contexto, a biodiversidade é crucial, pois é ela que promove as condições necessárias para a vida prosperar, já que dependemos de outras espécies e de um sistema ecológico saudável para florescer.
4. Respeito às pessoas	A participação em iniciativas de comércio justo, cooperativas e a implementação de códigos de conduta podem ajudar a estabelecer condições justas de trabalho aos profissionais da indústria de moda. Com esse objetivo, algumas marcas juntaram-se a iniciativas como a <i>Asian FloorWage Alliance</i> , <i>Ethical Trading Initiative</i> , <i>Fair Wear Foundation</i> entre outros. Outra forma de estímulo, é o apoio à comunidades locais para elas se desenvolverem profissionalmente.
5. Reconhecendo as necessidades humanas	Utilizando processos de manufatura e produções mais éticas, o <i>Slow Fashion</i> respeita e valoriza as necessidades humanas ao redor do mundo e de todos os envolvidos na cadeia produtiva. Além disso, os designers, ao explicarem a história por trás de cada peça ou convidando o consumidor a fazer parte do processo, promovem um relacionamento mais próximo e um sentimento de pertencimento.
6. Construindo relacionamentos	Promover relações duradouras e de confiança entre todos os envolvidos, desde os criadores, produtores e consumidores fortalece o movimento. Construir relacionamentos transparentes é um dos pontos-chaves do <i>Slow Fashion</i> .
7. Priorizar fornecedores e mão de obra local	O <i>Slow Fashion</i> dá ênfase, sempre que possível, no uso de materiais, recursos e capital humano locais. Essa postura, junto ao apoio do desenvolvimento de pequenos negócios e profissionais locais, gera um impacto ambiental menor, fortalece a economia local e enriquece as comunidades.
8. Manter a qualidade, a beleza e o cuidado	Incentivar o design clássico ao invés de tendências passageiras contribui para a longevidade das roupas. A escolha de tecidos de qualidade, cortes clássicos e criações versáteis e atemporais garantem a durabilidade das peças. Marcas <i>Slow</i>



	<i>Fashion</i> também podem oferecer serviços de reparações e <i>restyling</i> para ajudar a conservar os produtos ao longo do tempo.
9. Rentabilidade	As marcas <i>Slow Fashion</i> precisam ser rentáveis, competitivas e buscar visibilidade no mercado. Os preços são muitas vezes maiores porque incorporam recursos sustentáveis e salários justos que refletem no valor real de cada peça. Mas uma roupa de qualidade e atemporal durará muito mais, passando a ser um investimento que vale a pena.
10. Praticar a consciência	Dentro do Movimento <i>Slow Fashion</i> , as pessoas agem com paixão e buscam fazer a diferença no mundo de forma criativa e inovadora. Elas tomam decisões baseadas em suas convicções, na conexão com outro e com o meio ambiente e, sobretudo, na vontade de agir de forma responsável.

Fonte: VIANA (2019) adaptado pelo pesquisador a partir de SLOW DOWN FASHION (2017b).

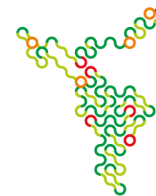
A Figura 1, a seguir, representa algumas imagens da pesquisa de campo, sendo essa, na FEIRA FASHION REVOLUTION DAY 2017 - POA⁴, que foi uma Feira cultural, como um dos eventos da semana de conscientização sobre o mercado da moda e seu impacto em todas as fases do processo de produção, envolveu os setores acadêmico, produtivo e varejista, ocorreu na Rua Miguel Tostes, bairro Rio Branco, em Porto Alegre, na data de 29/04/2017.

Figura 1: Feira Fashion Revolution Day 2017 - POA



Fonte: Diário de Campo do Pesquisador (2017) ; VIANA (2019)

⁴ A programação sobre o *Fashion Revolution Day* em Porto Alegre foi disponibilizada em: < <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/fashion-revolution-week-discute-moda-e-consumo-consciente-em-serie-de-atividades-em-porto-alegre.ghml>>. Acesso em: 24 Abr. 2017.



Já a Figura 2, representa também parte da pesquisa de campo desenvolvida, mas essa, ocorreu no evento MODAUT⁵, cujo objetivo era realizar uma Feira com marcas sustentáveis e de produção própria; envolveu diretamente influenciadores, interessados por moda e desfiles, apresentações musicais, ocorreu no Largo Cultural do Shopping TOTAL, Porto Alegre, na data 02/09/2017.

Figura 3: Evento Modaut



Fonte: Diário de Campo do Pesquisador (2017) ; VIANA (2019)

Por fim, a Figura 3, apresenta parte do resultado de uma outra pesquisa de campo, que foi a FEIRA ME GUSTA #35, era uma Feira cultural de rua, que reúne arte, moda, música, gastronomia e variedades, teve como envolvidos Artistas e artesãos, estilistas e empreendedores de diversas áreas, ocorria na Praça Isabel, A Católica, bairro Praia de Belas, em Porto Alegre, na data de 03/09/2017.

Figura 3: Feira Me Gusta #35



Fonte: Diário de Campo do Pesquisador (2017) ; VIANA (2019)

⁵A programação da Feira Modaut foi disponibilizada em: < <http://www.shoppingtotal.com.br/site/events/event/modaut-003/>>. Acesso em: 30 Ago. 2017.



Até o término dessa pesquisa de campo, foi possível realizar o mapeamento de empreendimentos, cujo processo produtivo dialoga com as políticas e diretrizes do Movimento *Slow Fashion*, mesmo que os coletivos não se autodeclaram como participantes do movimento, e por isso, e percebe-se a relevância desses empreendimentos na Região Metropolitana de Porto Alegre, e desse modo, esta pesquisa exploratória possibilitou a aproximação com o objeto de nossa pesquisa. O enfoque da investigação foram empreendimentos que atuam no ramo do vestuário e, ao todo, identificamos 17 coletivos/empresas que tinham em seu discurso publicitário, um ou mais elementos que compunham os valores do Movimento Slow Fashion, sendo predominantemente oriundos da cidade de Porto Alegre (14 empreendimentos), mas também, da cidade de Novo Hamburgo (2) e de Estância Velha (1) (VIANA, 2019).

Pensar sobre as trajetórias, é uma maneira interessante de perceber a própria história de vida, que possibilita refletir sobre determinados sentidos do trabalho. As categorias de análises escolhidas, foram definidas como sendo: a primeira categoria, que investiga as trajetórias de vida no mundo do trabalho e busca relacionar as trajetórias profissionais dos sujeitos, envolvendo formação, experiência profissional e, principalmente, por meio das tensões e prerrogativas da inclusão excludente percebida no mundo do trabalho.

E a segunda categoria, que analisa a ressignificação do trabalho na contemporaneidade e objetiva analisar os contextos que fazem novas categorizações em relação às alternativas de enfrentamento ao capital que ora facilitam as relações e ora alienam os sujeitos na busca de novas alternativas e na criação de um propósito de vida, além da relação entre trabalho e emprego.

A seguir, apresentam-se na Figura 4, alguns fragmentos de seis entrevistas realizadas, que revelam informações consideradas importantes para a discussão proposta, pois revelam elementos que se relacionam com o conceito de novas perspectivas que ressignificam o conceito de trabalho, mas, ao mesmo tempo, revelam determinadas características que muitas vezes, permeiam o sistema capitalista habitual, mesmo, estando com intenções melhores de enfrentamento.

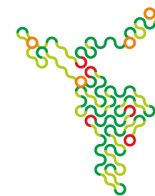


Figura 4: Fragmentos das respostas das entrevistas realizadas.

*“[...] queria algo que fizesse **sentido** pra mim” (ENTREVISTADA 1)*

*“Slow, mas entre **Porto Alegre e São Paulo** [...]”
(ENTREVISTADA 2)*

*“Não! Não tem sangue de um **escravinho**” ali naquela peça .”
(ENTREVISTADA 3)*

*“Um **fornecedor** faz isso, outro faz aquilo, para facilitar [...]”
(ENTREVISTADA 4)*

*“Não, não temos como costurar, nós temos uma **“facção”** que produz o que precisamos [...]”
(ENTREVISTADA 5)*

*“Sim, somos nós mesmas que fazemos **tudo**, tanto o tingimento, quanto à costura e são todos os produtos coloridos com tingimento vegetal, cebola ou casca de árvores. ”
(ENTREVISTADA 6)*

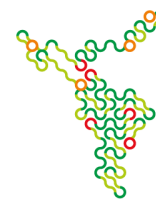
Fonte: VIANA (2019)

Os resultados das entrevistas, revelam muitos dos ensinamentos propostos por Kuenzer (1985), que a partir de Marx, destaca que, em sua concepção geral, o trabalho pode ser concebido como o processo através do qual o homem transforma a natureza, os outros homens e a si mesmo, tendo em vista construir as condições necessárias à sua sobrevivência, não apenas como indivíduo, mas também como humanidade. Ou seja, através do trabalho, pode-se dizer que é um meio de transformação da natureza pela ação do homem e ao mesmo tempo, torna-se o instrumento da emancipação dos sujeitos, pois possibilita a geração de renda e está intimamente ligado ao contexto econômico e à criação de um sentimento de pertencimento ao grupo, à classe, à sociedade, em distintos contextos nos quais trabalhadores e trabalhadoras estão inseridos (KUENZER, 1985).

Após esses contextos, a seguir, apresentam-se as considerações parciais do estudo .

Considerações parciais

Nesse contexto, após a análise obtida com os resultados das pesquisas de campo e as entrevistas, considera-se importante refletir o contexto em que ocorrem, relacionando-as às categorias de análise: a primeira delas refere-se “às trajetórias de vida no mundo do trabalho” e a segunda,



centra-se na “ressignificação do trabalho na contemporaneidade”, pois foi possível identificar que ambas estão inter-relacionadas.

Sabe-se que um elemento comum nos entrevistados 1, 2 e 6, revelam a importância da trajetória profissional e evidencia um desejo de mudança; a relação com o trabalho e o propósito pessoal ganha mais espaço na condição de sobrevivência das entrevistadas. Já nas respostas dos entrevistados 3, 4 e 5, pode-se constatar que as tensões da inclusão excludente que ocorrem no mundo do trabalho, que são próprias das transformações sofridas pela sociedade contemporânea ao longo das últimas décadas, de algum modo têm impactado na esfera da subjetividade, influenciando o modo de existir da sociedade humana (ANTUNES, 2009).

Os entrevistados, em sua maioria, já tinham experiência profissional anterior em empresas de escala produtiva comum, acabaram por adentrar no Movimento Slow Fashion como uma busca pessoal de mudança de sua trajetória, no sentido de melhorar sua relação e concepção com os objetivos pessoais, mas também, melhorar a relação com a sociedade (ao menos, enquanto proposta de constituição de suas empresas).

Ao mesmo tempo, percebe-se que foi relevante identificar melhores alternativas na relação com a produção e o consumo, coerentes com as necessidades socioeconômicas há uma construção das relações entre emprego e renda, que são adequadas aos desafios contemporâneos (VIANA, 2019).

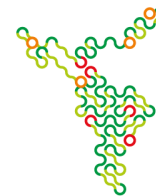
No entanto, também se constata os riscos evidentes de indícios relevantes na construção de uma possível nova relação homem x trabalho, com características diferenciadas do empreendedor tradicional, como por exemplo, uma busca constante de compartilhamento de informações.

Todavia, essa distinção, proporciona também, nos casos analisados, características que são comuns nas empresas tradicionais, como tensões no relacionamento entre as pessoas e dúvidas sobre o futuro.

Referências

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. [2. ed., rev. ampl.]. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. 287 p

FLETCHER, K. ***Sustainable Fashions & Textiles - Design Journeys***. Ed. Earthscan. Londres, Inglaterra, 2014.



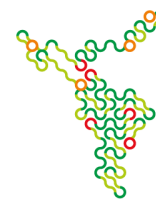
KUENZER, A. Z.. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo, Cortez, Autores Associados. 1985.

NORTH, A. **Bbc news**. *The dark underworld of Bangladesh's clothes industry*. 26 April 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-22306135>>. Acesso em: 1 Abr. 2017.

OLIVEIRA, D. C. **Comida, carisma e prazer: um estudo sobre a constituição do *Slow Food* no Brasil**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2014.

SLOW DOWN FASHION. Sobre. Disponível em: <<https://www.slowdownfashion.com.br/>>. Acesso em: 10 Maio 2017a.

VIANA, A.L.. **As contradições do movimento Slow e a ressignificação do trabalho na contemporaneidade: uma reinvenção de mercados?** . 2019. 210 f. Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) - Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000018/000018de.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2019.



MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO SETOR DO VESTUÁRIO DE BLUMENAU/SC

Luiz Messias de Souza Neto¹

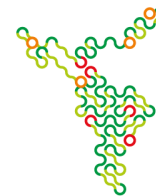
RESUMO: O histórico empresarial do município de Blumenau revela que seu desenvolvimento é alinhado à participação industrial, sendo o setor do vestuário um importante propulsor do desenvolvimento econômico da municipalidade. Contudo, na contemporaneidade, é observada uma maior participação das micro e pequenas empresas (MPEs) no setor vestuarista, o que vem transformando Blumenau em um ambiente de negócios atrativo também para os pequenos empresários. Merece destacar que muitos dos negócios de menor porte atuam como prestadores de serviços para as grandes empresas do setor, indicando alta demanda mas também espaço para a precarização do trabalho. O artigo objetiva analisar a força das MPEs que atuam no setor do vestuário de Blumenau e o cenário no qual as mesmas estão inseridas. A pesquisa é classificada como bibliográfica e exploratória. Os resultados indicam o aumento da participação das MPEs, a diminuição das médias e a estagnação das grandes empresas do setor vestuarista de Blumenau, o que torna necessário melhorar a qualificação dos micro e pequenos empresários e promover intervenções a fim de otimizar o ambiente de negócios, uma vez que esses empreendimentos costumam sofrer com altos índices de mortalidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Socioeconômico. Empreendedorismo. Emprego. Terceirização.

ABSTRACT: The business history of the municipality of Blumenau reveals that its development is aligned with industrial participation, with the clothing sector being an important driver of economic development. However, nowadays, there is a greater participation of micro and small companies (MPEs) in the clothing sector, which has been transforming Blumenau into an attractive business environment for small entrepreneurs. It appears that many of these act as service providers for large companies in the sector, indicating high demand but also space for job insecurity. The article aims to analyze the strength of the MSEs that work in the sector in Blumenau and the scenario in which they are inserted. The research is classified as bibliographic and exploratory. The results indicate an increase in the participation of MSEs, a decrease in averages and the stagnation of large companies in the sector, which makes it necessary to improve the qualification of micro and small entrepreneurs and promote interventions in order to optimize the business environment, since these ventures tend to suffer with high mortality rates.

Keywords: Socioeconomic Development. Entrepreneurship. Employment. Outsourcing.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Socioeconômico, UNESC, luizmessiasneto@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



1 INTRODUÇÃO

Desde a chegada das companhias colonizadoras ao fim do século XIX, o estado de Santa Catarina e a cidade de Blumenau se transformaram em potências industriais em diversos setores de produção, incluindo o setor do vestuário (GOULARTI FILHO, 2016). Contudo, é possível observar que a quantidade de grandes empresas atuantes no setor vem permanecendo estagnada ao longo dos últimos anos, com a diminuição da participação de empresas de médio porte e um aumento significativo das micro e pequenas empresas (MPEs).

Ao considerarmos também o setor têxtil e de vestuário, Blumenau emerge como a principal potência na distribuição de renda e de emprego de Santa Catarina, representando 13,6% dos empregos gerados². As MPEs são as principais responsáveis por gerar empregos e renda na municipalidade.

O objetivo geral do presente estudo consiste em analisar a força das MPEs que atuam no setor do vestuário de Blumenau e o cenário no qual as mesmas estão inseridas. Para tanto, serão apresentados: histórico empresarial do município de Blumenau, dando ênfase para a atuação das empresas colonizadoras como ponto de partida para seu desenvolvimento econômico e para as principais transformações industriais ocorridas na cidade; caracterização do setor do vestuário em caráter geral e especificamente em Blumenau, direcionando o estudo para o contexto das MPEs e; descrição do perfil das MPEs do setor do vestuário de Blumenau, tomando por referência os indicadores: sexo, faixa etária, escolaridade, remuneração e tempo de permanência;

Para a realização do estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, recorrendo não tão somente à literatura científica sobre o tema, mas também a informações encontradas em demais publicações identificadas como documentação direta e na plataforma RAIS/IBGE (2020) compreendendo MPEs do município de Blumenau, inscritas no CNAE, Seção C – Indústrias de Transformação –, Divisão 14 – Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios.

² Disponível em <<https://marketingfuturo.com/analise-do-setor-textil-vestuario-moda-e-confeccao/>> Acesso: Fev. 2020.



2 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO SETOR DO VESTUÁRIO DE BLUMENAU/SC

2.1 HISTÓRICO EMPRESARIAL DE BLUMENAU

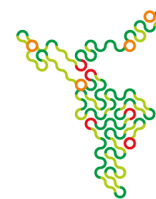
Mamigonian (1965) identificou Blumenau entre as colônias conhecidas como zonas de colonização alemã, juntamente com os municípios de Joinville e Brusque povoadas a partir do ano de 1850, se constituindo historicamente como as zonas mais industrializadas e mais ricas do estado de Santa Catarina: toda a indústria têxtil e mecânica se localizavam nessas zonas de colonização alemã, abrigando uma grande variedade de produções leves (como instrumentos musicais, cristais e porcelanas), com produtos enviados aos grandes centros de consumo, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Justamente por ser um dos grandes carros-chefes industriais do estado catarinense, a história de Blumenau se confunde com a própria história de Santa Catarina, uma vez que o município se constituiu como uma das potências voltadas para atividades empresariais no sul do Brasil. Goularti Filho (2016, p. 4) comenta que as “companhias colonizadoras³ desempenharam um papel fundamental para fixar os imigrantes nas colônias catarinenses, no final do século XIX, nas regiões de Blumenau, Joinville e Criciúma”. O marco histórico para se analisar o contexto empresarial de Blumenau e do próprio estado, dessa forma, se dá nas companhias colonizadoras.

Segundo Frotscher (2003) Blumenau era problematizada como um 'quisto racial' durante o período do Estado Novo, o que fez surgir a preocupação em aumentar investimentos na ocupação demográfica do município por meio de companhias colonizadoras, sobretudo nas quatro primeiras décadas do Século XX. Como Blumenau era uma das principais regiões onde atuavam as empresas colonizadoras, é natural que fosse dada sequência ao seu desenvolvimento industrial e empresarial, com investimentos em infraestrutura para tornar o terreno mais fértil para inovações e empreendimentos da época (BRANDÃO, 2012).

Goularti Filho (2016) aponta que em uma primeira fase, Blumenau tinha ligações com as atividades madeireiras de região circunvizinha, mas optou por seguir um 'caminho próprio' com o crescimento das atividades têxteis após 1880. Contudo, o autor destaca que cada município catarinense detém suas particularidades se analisarmos o histórico empresarial: Blumenau, por

³ Participação de empresas em regiões estratégicas visando aumentar a imigração e colonização de tais regiões, com distribuição e comercialização de terras.



exemplo, teve pouca influência da indústria de erva-mate (ao contrário de Joinville), do movimento migratório das fronteiras agrícolas do século XX e do corte da araucária (ao contrário do município de Lages). Autores como Mandelli (2014) defendem que a colonização alemã em Blumenau trouxe em si mesma a indústria, o que fortaleceu a história empresarial do município como um todo.

Em outro estudo, Goularti Filho (2001) aponta que mesmo com a retração produtiva ocorrida nos anos 1990 na indústria têxtil, passou a ocorrer em Blumenau a diversificação para o setor eletro-metal-mecânico, se concentrando sobretudo em empresas de médio porte, além do setor de informática com a criação de novos softwares por um universo de MPEs, responsáveis até então pela geração de mais de 4.000 empregos diretos, o que não reduziu a importância do complexo têxtil-vestuário, ainda responsável no início do século por cerca de 50% da economia regional.

Esses são alguns dos aspectos históricos fundamentais a serem considerados na municipalidade de Blumenau. Conforme apontado, o processo de desenvolvimento econômico do município e do próprio estado trouxe um maior nível de diversificação, o que passou a assegurar o surgimento de MPEs em Blumenau. O setor do vestuário, no mesmo sentido, sempre esteve presente no ‘DNA empresarial’ do município, persistindo até os dias de hoje como uma das potências empresariais blumenauenses.

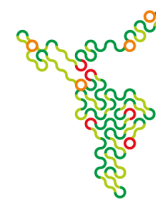
2.2 SETOR DO VESTUÁRIO DE BLUMENAU E AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Como visto, o setor do vestuário sempre fora uma das grandes forças de Blumenau, contribuindo de modo significativo para o seu desenvolvimento econômico. Ao considerar também o setor Têxtil e Confecção, Blumenau tem grande destaque na Distribuição de empregos por município em Santa Catarina, representando 13,6%, seguida por Brusque (10,1%) e Jaraguá do Sul (8,4%)⁴. Cumpre-se destacar que uma taxa elevada de crescimento das MPEs do setor nos últimos anos, sobretudo se concentrando na confecção, questão que será aprofundada mais adiante⁵.

O setor do vestuário é bastante complexo, pois contém ao mesmo tempo elementos organizacionais inovadores e tradicionais, sofrendo constantes e rápidas mudanças, inclusive em sua geografia. Justamente devido a esses fatos, as empresas que compõem o setor do vestuário como um

⁴ Disponível em < <https://www.observatoriofiesc.com.br/textil-confeccao> > Acesso: Fev. 2020.

⁵ Disponível em < <https://marketingfuturo.com/analise-do-setor-textil-vestuario-moda-e-confeccao/> > Acesso: Fev. 2020.



todo acabam desempenhando um importante papel econômico, sobretudo pela existência de possibilidades de exportação dos produtos, as quais não se limitam mais apenas para as grandes empresas, mas também para micro, pequenas e médias empresas.

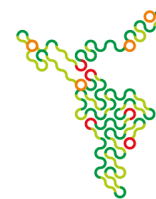
De acordo com Milnitz e Luna (2017) é comum que o setor do vestuário seja estudado conjuntamente com o setor têxtil, uma vez que ambos os setores são complementares, sendo que em Santa Catarina a confecção de artigos do vestuário e acessórios representa 17% dos empregados por atividade industrial⁶ (107.119 funcionários). No Vale do Itajaí os municípios de maior destaque atuantes são Blumenau, Gaspar e Indaial, os quais por sua vez representam mais de 62% das empresas.

Schmidt (2019, p. 6) reforça que em âmbito nacional, o setor têxtil e do vestuário "possui regiões específicas de atuação, onde podem agir de forma intensiva na participação socioeconômica dessas regiões em que estão instaladas", sendo que no caso do estado catarinense dá-se destaque para a região do Vale do Itajaí, a qual possui um grande mosaico de diversidade produtiva, com a maior concentração do setor entorno da cidade de Blumenau, responsável por gerar 65,9% de empregos formais e 50,9% de estabelecimentos em relação a Santa Catarina.

Fronza (2006) buscou analisar entre outros aspectos os movimentos do setor do vestuário em Blumenau a partir da década de 1990, constatando que até tal época a municipalidade era conhecida como um verdadeiro polo para indústrias têxteis e vestuaristas, como as empresas Hering, Artex, Sul Fabril, Cremer, Teka, Altenburg, Maju, entre outras, capazes de gerar mais de 50% do total de empregos formais microrregionais. Contudo, após esse período passaram a haver crises de desenvolvimento provocadas pela concentração monoindustrial, pela pouca diversificação de atividades produtivas, pela abertura do mercado mundial, acirramento da competitividade e introdução de novas tecnologias.

Deste modo, abre-se espaço para a introdução e disseminação das MPEs atuantes no setor, que costumam ter pouco poder de coordenação, sendo articuladas por empresas maiores que acabam as contratando como terceirizadas. No entanto, conforme apresentado por Arruda e Sanabio (2013),

⁶ Dados do ano de 2016.



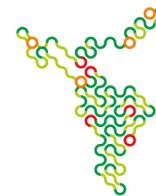
há uma escassez generalizada de informações concisas sobre a participação das MPEs atuantes no setor do vestuário, o que dificulta a mensuração de dados especificamente em determinadas regiões.

A referência para compreender a participação das MPEs do setor em questão deve ir de encontro com os próprios acontecimentos relacionados ao setor no município de Blumenau. Na primeira quinzena de agosto de 2014, por exemplo, ocorreu na cidade a 14ª Feira Brasileira para Indústria Têxtil (Febratex), oportunidade na qual o Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Mato Grosso (Sinvest-MT, que participaria do encontro) realizou uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), atuando com os micro e pequenos empresários vestuaristas em uma missão técnica para conhecer os últimos lançamentos envolvendo máquinas de corte e costura, estamparia, teares e matéria-prima⁷.

Em abril de 2019, a Associação das Micro e Pequenas Empresas de Brusque e Região (AmpeBr) realizou uma parceria com o Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do vestuário de Blumenau (Sintex) e com o Sindicato das Indústrias do Vestuário de Brusque, Botuverá, Guabiruba e Nova Trento (Sindinvest) para promover um evento de capacitação na área de gestão das organizações certificadas pelo Programa ABVTEX, envolvendo as boas práticas do setor têxtil e vestuaristas. Esse acontecimento reforça que estão sendo realizados esforços para ampliar a atuação dos micro e pequenos empresários no estado de Santa Catarina especificamente no setor vestuarista: não se busca tão somente aumentar o número de MPEs desse ramo de atuação, mas também capacitar os micro e pequenos empresários e permitir a sobrevivência das MPEs atuantes na região de Blumenau.

Segundo dados da plataforma RAIS (2020), do Ministério da Economia, até 2003, apenas 1,5% das empresas eram consideradas de médio porte e grande porte. No período entre 2013 e 2017, fica evidenciada também a redução no número de trabalhadores. No entanto, nas MPEs a redução foi bastante menor em relação à queda no número de trabalhadores das médias e grandes empresas. Nas MPEs, de 2013 a 2017, o número de trabalhadores reduziu de 6.557 para 6.257, queda de aproximadamente 4,6%. Já nas empresas de médio e grande porte, em 2013 os trabalhadores somavam 5.578 e passaram para 3.288 em 2017, queda em torno de 41%.

⁷ Disponível em <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/pequenas-empresas/sinvest-mt-e-sebrae-mt-realizam-missao-tecnica-para-a-14a-febratex-em-blumenau/>> Acesso: Fev. 2020.



Em suma, em 2013, 54% dos trabalhadores do setor atuavam em MPes de Blumenau, 41% em médias, enquanto 4,5% faziam parte da única empresa de grande porte daquele ano. Em 2017, a proporção no número de trabalhadores em MPes aumentou para 65,5%, 28,7% representavam as médias e 5,7% os trabalhadores nas empresas de grande porte.

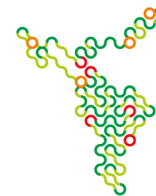
No ano de 2019, foi realizado um levantamento sobre o saldo de 17,5 mil empregos gerados em Blumenau desde 2009⁸, oportunidade na qual o diretor-executivo do Sintex destacou que diversas empresas menores que atuam no ramo vestuarista em Santa Catarina e em outras regiões têm o interesse em transferirem suas atividades para Blumenau, diante da capacidade da cidade para abrigar MPes, o que torna necessária a melhoria constante do ambiente de negócios e da infraestrutura municipal.

Albuquerque, Filho e Terence (2016) realizaram um estudo sobre os aspectos funcionais associados a mortalidades dos pequenos empreendimentos no setor do vestuário⁹ retratando os que colocam esses negócios em risco, o que não ocorre com grandes e médias empresas que possuem um nível maior de estrutura para assegurar sua sobrevivência e competitividade. Abaixo, de modo adaptado:

- **Aspectos operacionais:** limitação de produção e expansão; composição inadequada de custos; falha no design do produto; baixa qualidade dos produtos; controle precário de estoque; morosidade no desenvolvimento dos produtos; falta de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento;
- **Aspectos financeiros:** capital inicial limitado; pouca utilização de recursos de terceiros; falta de controle e manutenção de registros financeiros; flexibilidade financeira limitada; imobilização excessiva em ativos fixos; custos fixos elevados; ausência de planejamento financeiro;
- **Aspectos de marketing:** Ciclo de Vida do produto; natureza do produto; Mix de produto incorreto; ponto de venda inadequado; preço inadequado; falta de previsão de vendas e de compreensão das necessidades do mercado; segmentação inadequada;

⁸ Disponível em <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/blumenau-acumula-um-saldo-de-175-mil-empregos-desde-2009>> Acesso: Fev. 2020.

⁹ O Estudo enfatizou mais o varejo vestuarista.



faltas de trato com os consumidores; comunicação ineficaz; despreocupação com a imagem da empresa.

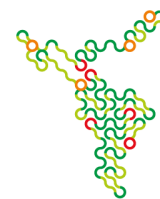
Na mesma esteira, Pereira (2019) aponta que é comum que muitos empreendem por necessidade, sem conhecimento sobre o mercado, de recursos disponíveis e de ferramentas gerenciais que possam beneficiar o processo administrativo. Ante o exposto, tem-se que as MPEs (não apenas na cidade de Blumenau, mas em todo o país) enfrentam situações adversas. Programas de capacitação e um maior contato entre o empresariado podem ser iniciativas interessantes para mitigar os riscos e assegurar um mercado competitivo com ampla participação das MPEs na cidade de Blumenau.

2.3 TRAÇANDO O PERFIL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO SETOR DO VESTUÁRIO DE BLUMENAU

De acordo com a plataforma RAIS (2020), dados de 2017, o setor do vestuário é predominantemente ocupado pelo público feminino nos pequenos negócios, cerca de 80% é formado por trabalhadoras. A título de comparação, no contexto das Indústrias de Transformação, em MPEs do setor de fabricação de produtos alimentícios, a concentração de trabalhadoras é ainda menor, 53%, enquanto que na metalurgia apenas 10% são do sexo feminino. Deixando clara, assim, a alta concentração de mulheres no setor do vestuário, sobretudo nos negócios de menor porte

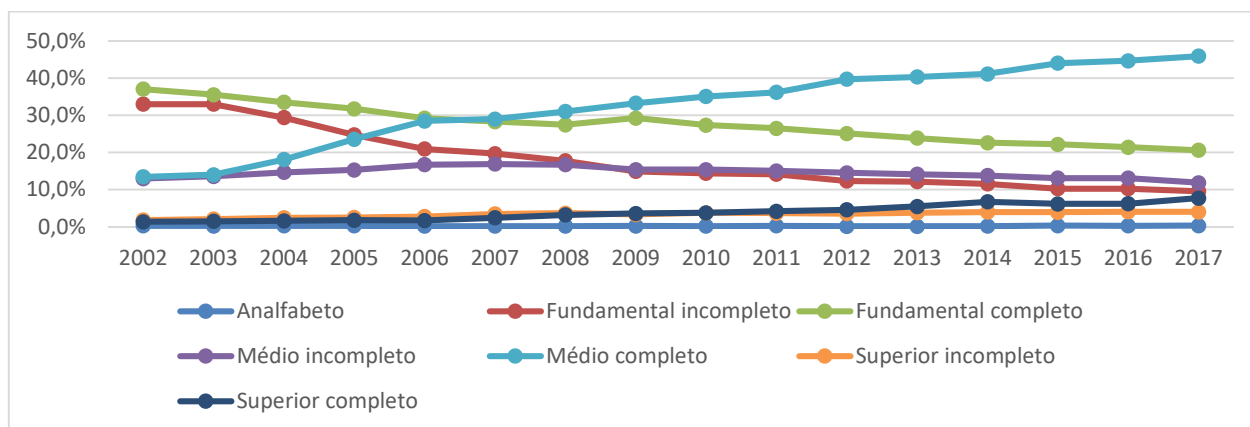
No tocante às faixas etárias, metade dos trabalhadores possui entre 30 e 49 anos de idade. Cabe destaque para a redução do interesse da faixa etária compreendida entre os 18 e 24 anos ao longo do período e o aumento da faixa etária entre os 50 e 64 anos, que demonstra a manutenção da mão de obra especializada no setor. Observa-se, ainda, um equilíbrio na faixa etária entre 25 e 49 anos, dado que nos permite inferir que se tratam de chefes de família.

Acerca da escolaridade, há um avanço muito expressivo dos trabalhadores que claramente retomaram os estudos, passando das categorias de Fundamental incompleto, Fundamental completo e Médio incompleto para Ensino Médio completo. Em 2002, apenas 13,5% dos trabalhadores estudados contavam com o Ensino Médio completo; em 2017, o número aumentou para 45,9%. Nessa mesma linha, o número de trabalhadores estudados com o Superior completo, no mesmo período comparativo, subiu de 1,3% para 7,7%.



A exposição gráfica deixa ainda mais claro o intenso crescimento da formação no Ensino Médio completo e um avanço no Ensino Superior completo.

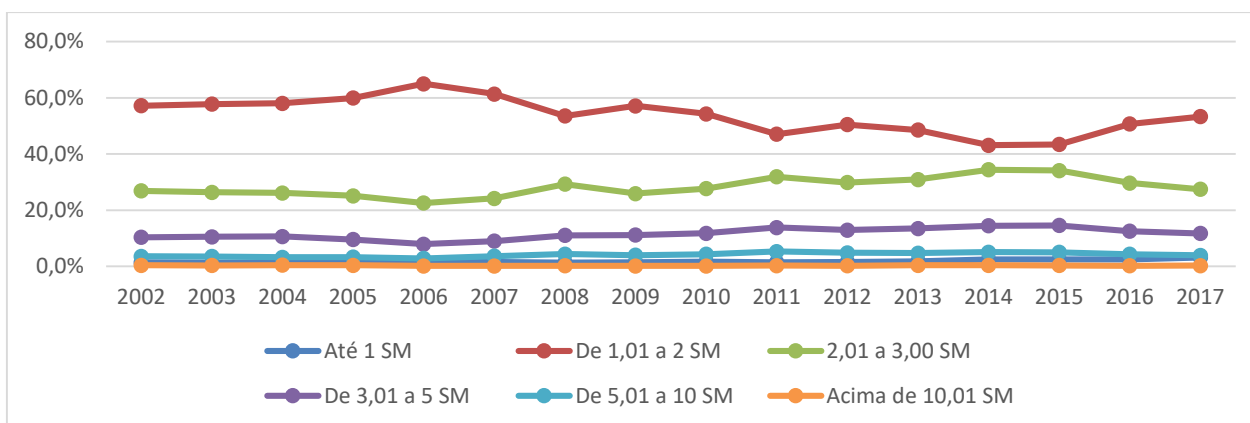
Figura 1 – Escolaridade nas MPEs do setor do vestuário – Blumenau/SC



Fonte: Elaborada pelo autor do presente estudo a partir de dados do Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2020.

Já a respeito da remuneração há uma concentração nas faixas salariais iniciais (até dois salários mínimos), correspondente a mais da metade dos trabalhadores.

Figura 2 – Faixa salarial nas MPEs do setor do vestuário – Blumenau/SC



Fonte: Elaborada pelo autor do presente estudo a partir de dados do Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2020.



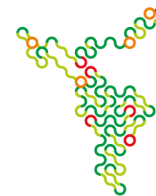
O que desperta atenção, é que o aumento da escolaridade não impactou na remuneração dos trabalhadores. Percebe-se a partir de 2009, logo após a recessão de 2008, uma discreta valorização salarial, com o aumento das faixas salariais de 2,01 a 3 salários mínimos e de 3,01 a 5 salários mínimos. Contudo, a partir de 2014 pode-se observar uma nova queda salarial no setor.

Já a respeito do tempo de serviço, observa-se certa constância. Em todo o período de análise, o número de trabalhadores que atuam a menos de três meses é em torno de 10%; de 3 a 11,9 meses é de 32%; de 12 a 23,9 são em média 20%; de 24 a 35,9% são de aproximadamente 11%; e, por fim, quase 26% de trabalhadores e trabalhadoras estão há mais de 36 meses no mesmo emprego. Cabe ressaltar que há uma crescente no número de profissionais com mais de 36 meses de emprego. Em 2002, eram 25,8% e, em 2017, já representavam mais de 34%.

Diante de todo o exposto, foram alcançados os objetivos propostos para a realização do presente estudo, o direcionando para uma conclusão verdadeiramente aplicável, para uma análise do ambiente de negócios no setor vestuarista de Blumenau e sobre a participação das MPEs nesse cenário. Conhecer a realidade vivenciada por micro e pequenos empresários vestuaristas e as circunstâncias de negócio contribui para promover o aumento da sobrevivência destas empresas e combater os índices de mortalidade presentes no setor. Verificou-se também que mesmo com tais índices de mortalidade, a quantidade de MPEs vestuaristas vêm aumentando em Blumenau, ao contrário das grandes e médias empresas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As MPEs do setor atuantes no município são importantes instrumentos para a geração de empregos e distribuição renda, inclusive beneficiando outras regiões próximas, como o município de Gaspar, fazendo com que Blumenau desponte como a maior geradora de empregos no âmbito vestuarista de Santa Catarina, que possui forte relação histórica com as indústrias têxtil e de vestuário. O ambiente de negócios de Blumenau vem atraindo micro e pequenos empresários do setor de outras regiões do Brasil, o que não torna o ambiente perfeito, sendo necessária a promoção de ações para a melhoria do mesmo e investimentos em infraestrutura para que Blumenau possa de fato ser considerada como um polo para as MPEs do vestuário em âmbito nacional.



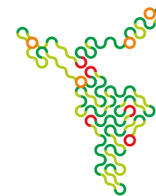
O planejamento é um ponto importante a ser considerado pelas MPEs atuantes ou que almejam atuar no campo do vestuário em Blumenau, uma vez que, conforme apontado, há um grande índice de mortalidade das MPEs diante de aspectos inadequados no âmbito operacional/produção, financeiro e de marketing. Tal planejamento deve estar alinhado as características de negócio da cidade, compreendendo como ela se constitui enquanto ambiente de negócios na indústria do vestuário. O micro e pequeno empreendedor deve ter conhecimento de causa sobre seu negócio ao visar a participação no setor, posto que conforme observado, existe um grande número de MPEs que atuam no mesmo em Blumenau.

Outro ponto que merece destaque se dá na atuação das MPEs como prestadoras de serviços terceirizados para as grandes empresas vestuaristas atuantes em Blumenau e em outras cidades e regiões. Diversas empresas atuantes na cidade trabalham especificamente com esse serviço terceirizado, o que indica uma grande demanda na prestação de serviço para grandes empresas do ramo do vestuário.

Ainda acerca dos trabalhadores e das trabalhadoras do setor vestuarista de Blumenau, observou-se considerável redução do interesse entre os 18 e 24 anos e o aumento da faixa etária entre os 50 e 64 anos, que demonstra a manutenção da mão de obra especializada no setor. Ademais, foi percebido um equilíbrio na faixa etária de 25 a 49 anos, dado que nos permite concluir que se tratam de chefes de família. Outro aspecto relevante observado pela pesquisa diz respeito à escolaridade. Pode-se constatar a retomada dos estudos por parte dos trabalhadores e trabalhadoras que no período entre 2002 e 2017 avançaram para a conclusão do ensino médio e superior.

Acerca da remuneração, foi observado que mais da metade dos trabalhadores e trabalhadoras recebem até dois salários mínimos mensais. Já a respeito do tempo de serviço, ficou clara a constância dos números no período analisado pela pesquisa.

Entre os entraves para o alcance dos objetivos propostos para o desenvolvimento do presente estudo, constatou-se uma grande dificuldade em obter dados referentes à participação de MPEs vestuaristas em Blumenau, tornando necessário recorrer a fontes de pesquisa para tornar possível o aprofundamento das questões aqui apresentadas. No entanto, com a realização da pesquisa tornou-se inegável que Blumenau desponta como um terreno fértil para a participação de MPEs vestuaristas, sendo necessário promover alterações no ambiente de negócios para torna-lo mais adequado,



investimentos em infraestrutura e ações de capacitação voltadas para o micro e pequeno empreendedor.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A.F; FILHO, E.E; TERENCE, A.C.F. **Aspectos Funcionais Associados À Mortalidade Da Pequena Empresa: Fatores Relevantes De Operações, Finanças E Marketing No Varejo De Vestuário**. Anais do IX EGEPE (Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas), Passo Fundo, 16-18 mar. 2016.

ARRUDA, B.S; SANABIO, M.T. **As Micro e Pequenas Empresas e o Setor Têxtil e Vestuário no Município de Juiz de Fora, Mg**. X SEGeT (Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 23-25 out. 2013. Disponível em <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/17218167.pdf>> Acesso: Fev. 2020.

BRANDÃO, V (ed.). **Desenvolvimento SC: uma visão da Indústria**. Publicações FIESC 60 Anos. 2012. Disponível em <<http://www2.fiescnet.com.br/web/uploads/recursos/8977715556b8506e6fb8b92617f9aaa2.pdf>> Acesso: Fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **RAIS - Relação Anual de Informações Sociais** [on-line]. 2002-2017. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>> Acesso em: Fev. 2020.

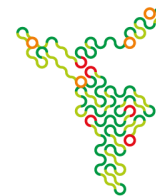
FRONZA, C.S. **As Forças Do Trabalho No Setor Têxtil E Vestuário: A Fino Toque Têxtil Cooperativa**. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FROTSCHER, M. **DA CELEBRAÇÃO DA ETNICIDADE TEUTO-BRASILEIRA À AFIRMAÇÃO DA BRASILIDADE: Ações E Discursos Das Elites Locais Na Esfera Pública De Blumenau (1929-1950)**. Tese (Pós-Graduação em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2016.

GOULARTI FILHO, A. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MAMIGONIAN, A. **Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau**. Revista Brasileira de Geografia, jul. - set. 1965.

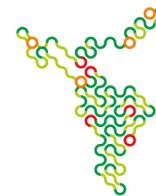


MANDELLI, B. **Industrialização Do Vale Do Itajaí A Partir Da Ideologia Do Teuto-Brasileiro (1880-1900): História E Historiografia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MILNITZ, D; LUNA, M.M.M. **Caracterização Da Indústria Têxtil E De Confecções Do Estado De Santa Catarina: Principais Elos, Parceiros E Produtos Comercializados**. Revista da UNIFEPE, ISSN 2177-742X, Brusque, v. 1, n. 22, set./dez. 2017.

PEREIRA, M.H.R. **Planejamento Financeiro nas Micro e Pequenas Empresas da Paraíba**. Monografia (Graduação em Administração) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SCHMIDT, M. **Economia Circular Aplicada A Estoque De Produtos Acabados: Estudo De Caso Em Uma Empresa De Confecção De Vestuário Esportivo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado de Engenharia Têxtil) Universidade Federal de Santa Catarina, Blumenau, 2019.



MIGRAÇÕES NO BRASIL: DESAFIOS PARA A FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE.

Gabriela Rech Salib¹

RESUMO: A escassez de recursos, sejam humanos ou financeiros, faz com que a temática das políticas públicas no Brasil seja debatida constantemente, visto a impossibilidade de atender a todas as demandas. Quando falamos neste assunto nos referindo à migração, o tema fica ainda mais complexo, visto a gama de desafios que acompanham o desenvolvimento destas políticas. Neste artigo, buscaremos contemplar as dificuldades existentes na formulação das mesmas quando tratamos deste público alvo, assim como enumerar algumas políticas já existentes. Buscamos desta forma evidenciar o debate sobre o assunto, que é de extrema relevância quando tratamos de permitir ao migrante o acesso a uma série de direitos que lhe garantirão a dignidade garantida em nossa Constituição.

Palavras Chave: Migração; Políticas Públicas; Reconhecimento.

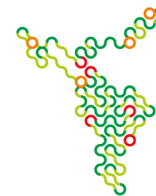
INTRODUÇÃO

Guerras, catástrofes naturais, perseguições étnicas ou religiosas, buscas por melhorias na qualidade de vida através de emprego ou educação, a fuga da fome, da miséria, da falta de saneamento. Quais motivações levam uma pessoa, sozinha ou acompanhada de familiares, amigos ou mesmo desconhecidos, a abandonar seu local de origem, sua casa, seu trabalho, seus meios de subsistência, e recomeçar sua vida em um local desconhecido, no qual inúmeras barreiras culturais, legais e até de idioma irão dificultar ao máximo esta jornada?

As migrações não são um fenômeno contemporâneo. É instintivo do ser humano a busca por melhores condições de sobrevivência, e ao estar em um local em que estas deixam de ser asseguradas, mostra-se como opção realizar o deslocamento para um novo local: esta pode ser uma mudança de bairro, de cidade ou mesmo de país. Porém na maioria das vezes não é possível que esta busca seja rapidamente frutífera: inúmeras barreiras se apresentam, principalmente quando se migra de um país para outro.

Semelhante é a situação de quem busca movimentar-se de uma localidade a outra dentro do mesmo país ou estado. Mesmo adotando outra denominação, como “deslocamento espacial”, não

¹ Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Doutoranda em Desenvolvimento Socioeconômico pela UNESC. Email: gabrielasalib@hotmail.com



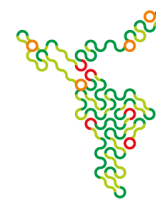
deixam as pessoas que se locomovem em espaços mais próximos (fazendo uso de um mesmo idioma e sem necessidade de uma permissão específica para isto, protegidos por sua nacionalidade) de ser consideradas migrantes. Dentro de um mesmo país já podem existir inúmeras barreiras, vide as diferenças culturais entre habitantes do sul e do nordeste brasileiro, para exemplificar.

Após a mudança, resta adaptar-se. O ser humano é mutável, capaz de se enquadrar na nova realidade por mais estranha que lhe pareça. Já traz Santos (2006, p. 223) que “ultrapassado um primeiro momento de espanto e atordoamento, o espírito alerta se refaz, reformulando a ideia de futuro a partir do entendimento novo da nova realidade que o cerca. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual.”. Ou seja, uma vez em seu novo lar, o migrante irá aos poucos integrar-se e reconstruir sua história de vida.

Porém mais que a integração e adaptação no local escolhido para este recomeço, é necessário que, com o tempo, o migrante venha a ter a sensação de pertencer a esta terra: de que é habitante local, de que pode reivindicar seus direitos e ser tratado tal qual os nativos do local. Uma das mais importantes ações para que tal reconhecimento possa acontecer é a existência de políticas públicas que venham trazer a este migrante o apoio e a segurança necessária em sua jornada. Desta forma, este artigo traz como objeto de pesquisa a temática das políticas públicas voltadas para migração no Brasil nos últimos anos, a dificuldade na formulação de novas políticas e a composição de alguns exemplos já existentes.

1.

Partindo de uma perspectiva histórica, somos todos migrantes. Ou ao menos descendentes destes. Mudamos de estado, cidade ou bairro; todas estas mudanças configuram uma espécie de migração, com um deslocamento mais significativo ou quase irrisório. Mesmo aquele que sempre morou na mesma casa em que nasceu, teve pais ou avós que um dia migraram para este local. Desta forma imaginamos que, no Brasil, a reação natural aos estrangeiros ou pessoas de outras regiões do país que escolhem se estabelecer em determinado local deveria ser de acolhida, visto que já nos encontramos em situação semelhante. Porém o fato é que nem sempre esta é a situação, especialmente quando o migrante vem de outro país. Podemos entender melhor nas palavras de ElHajji (2018, p. 90): “A figura do estrangeiro, atualizada na presença do migrante, tem esse potencial subversivo de



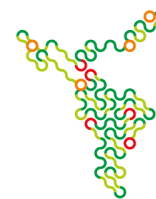
provocar no observador estranheza e estranhamento; seja positivamente, suscitando maravilhamento e fascínio, ou negativamente, provocando medo e repulsa.”.

Dados de 2018 refletem uma triste situação: o ano é recordista em deslocamentos forçados, ou seja, pessoas que migram por situações de guerras, conflitos e perseguições, de acordo com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Foram quase 71 milhões de pessoas em movimento, apresentando um aumento de 2,3 milhões em relação a 2017. Ao comparar com os últimos 20 anos, estes números quase dobraram. Também é necessário constar que essas são estatísticas que se referem somente aos migrantes que solicitam o refúgio formalmente: os que se encontram de maneira irregular podem representar uma quantidade bastante elevada e sua situação de precariedade configura-se ainda pior, visto estarem totalmente à margem de qualquer tipo de política pública que a eles se destine.

No caso brasileiro é impossível ignorar o imenso número de imigrantes que vieram aqui se estabelecer nos últimos anos: segundo a Caritas Brasil, somente em 2018 80 mil pessoas solicitaram refúgio ao país, que se tornou o sexto no mundo com o maior número de solicitações neste quesito. O número quase dobrou em relação a 2017. É importante ressaltar que esta estatística refere-se somente a solicitações formais de refúgio: há um enorme contingente que migra informalmente, denotando que os números podem ser muito mais expressivos.

O Brasil é um país que presta acolhida aos migrantes, inclusive dispondo da Lei da Migração, de 24 de Maio de 2017, na qual trata por imigrante “pessoa de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil.” Nesta lei, são estabelecidos uma série de deveres e direitos dos cidadãos estrangeiros que vivem no Brasil, inclusive o direito à acolhida humanitária, igualdade de tratamento ao migrante e sua família, e inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas. São também garantidos aos migrantes o acesso livre e igualitário a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviços bancários e previdência social. É necessário, para o acesso a estes direitos, que o migrante esteja em situação regular no país, de posse de documentação e visto.

Estas garantias ofertadas em lei muito contribuem para a escolha dos migrantes pelo Brasil, que é um país que facilita sua entrada e os acolhe. Por anos o país também viveu um período de crescimento econômico, especialmente nos anos do governo Lula (2003-2010) e no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2014), onde o pleno emprego configurava um grande atrativo.



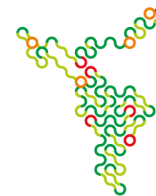
Além disso, outros países impunham uma série de restrições que minavam as tentativas de imigração, como no caso americano (onde o rigor para a emissão de um visto de permanência é altíssimo, restando a tentativa de entrar ilegalmente e correr o risco constante de deportação). Outra opção, os países europeus, não se mostra viável para os imigrantes especialmente de países mais pobres, como os africanos e latino-americanos, visto que a xenofobia é uma constante. Além disso, com crises financeiras enfrentadas por alguns países (como a Grécia), originam-se taxas de desemprego acentuadas, fazendo com que os migrantes que tentam reconstruir a vida nesses países sejam ainda mais hostilizados por estarem tentando adentrar num mercado de trabalho que já está altamente restrito para quem é nativo do país. Assim, o Brasil por muitos anos acabou se tornando uma das opções mais atrativas como destino de migração.

De forma a garantir a dignidade dos migrantes, é necessário que o governo brasileiro elabore uma série de políticas públicas voltadas a este público-alvo. Porém a escolha de quais políticas devem ser implementadas é um grande impasse, visto que, sendo os recursos tanto financeiros quanto humanos limitados, deverá se optar por algumas ações em detrimento de outras. Em geral, políticas públicas são formuladas de acordo com os interesses de alguns grupos específicos, muitas vezes levando em conta decisões políticas que geram benefícios para os membros das comissões que decidem sobre o assunto. Como já explanado por Linbdom (1991, p.30),

... os analistas devem encontrar as políticas que são melhores para um grupo social e que também o são para os outros grupos. De outra maneira, os grupos não favorecidos pela política selecionada não a achariam apropriada para eles. [...] somente um processo político como o voto e o decreto poderiam resolver a disputa. As soluções analíticas às questões de políticas públicas exigem portanto uma harmonia de interesses e valores entre os indivíduos e os grupos deles na sociedade. Alguns podem pensar que há um escape neste último requisito. Incluindo supondo que não haja harmonia de interesses, que quando alguns ganham com a política outros perdem...

As políticas públicas voltadas para os migrantes interessam a quem além deles mesmos? Para os formuladores de políticas, este questionamento pode vir à tona, pois, trabalhando com recursos escassos, estariam deixando de atender ao seu público brasileiro, que aspira por seus próprios programas?

Além disso, os próprios processos de formulação de políticas públicas podem gerar entraves para atender a este público-alvo. Quando Capella (2006) nos traz os modelos teóricos nos quais podemos nos basear para a concepção destas políticas, nos mostra o modelo desenvolvido por Kingdon, denominado de Três Fluxos. Neste, reside um dos principais impasses a respeito desta

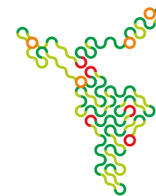


matéria: como prestar atenção a todos os problemas ao mesmo tempo? E quais merecem prioridade? Desta maneira, os agentes que estão à frente do processo acabam elaborando políticas para solucionar problemas que já existem e que são mais visuais, facilmente perceptivos. Ou seja, caso a condição do migrante não seja extrema, que exija uma medida de proteção imediata, pode acabar sendo totalmente ignorada, nada sendo feito a respeito.

A maior parte das pessoas que migram para o Brasil fogem das piores condições possíveis em seus países: catástrofes naturais, guerra, fome. Desta forma, é mais que natural que, ao chegarem em solo brasileiro, não disponham de nenhum recurso para iniciar sua sobrevivência, dependendo de caridade de desconhecidos ou familiares que aqui vivem, ou de iniciativas do governo brasileiro para que possam estabelecer-se no país, se integrando na sociedade e barganhando por oportunidades de trabalho.

É pungente que os sentimentos dos nativos do país escolhido pelo migrante dividem-se entre a acolhida e a rejeição. A grande maioria solidariza-se com o novo morador de seu país ou cidade e vê neste uma pessoa semelhante a si próprio, buscando em cada dia fazer o melhor para sobreviver. Esta espécie de identificação com o migrante juntamente ao acesso destes às políticas públicas contribui para o processo de acesso à dignidade humana, ou, nas palavras de Neves (2017), “não seria exagero dizer que a questão do reconhecimento dos direitos e da identidade de grupos minoritários marcados por estigma e desprezo social é fundamental para a consolidação da democracia e ampliação da igualdade entre nós.” Uma vez dentro do país e com a situação de permanência regularizada, passam a ter grande maioria dos direitos que os brasileiros naturais. Mas muitos ainda os veem como intrusos, que tiram suas oportunidades e seus empregos, ou mesmo como ladrões ou terroristas, principalmente no caso dos imigrantes árabes.

O termo aporofobia, criado pela filósofa espanhola Adela Cortina no ano 2000 para designar a aversão que as pessoas em geral sentem pelo estrangeiro pobre, descreve bem essa questão. Não causam preocupação que milionários vindos de países estrangeiros venham se estabelecer no Brasil, ou os turistas europeus que viajam todos os anos para frequentar as praias brasileiras e gastar seus euros no comércio. Estes são bem vindos e despertam simpatia e curiosidade. Porém quando o migrante pobre que busca apenas uma chance de sobreviver bate à porta da cidade, as boas vindas antes direcionadas a seus conterrâneos endinheirados muitas vezes são trocadas por uma situação de desconfiança e pela falta de empatia.

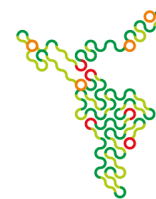


É frequente a estes estrangeiros encontrar-se em uma forma de paradoxo: diversos estão em situação irregular no país, não tendo assim acesso a políticas públicas ou outros incentivos que o governo brasileiro possa oferecer. Sem estarem legalizados, também não dispõe de documentação, um grande entrave no que diz respeito a conseguir um emprego com carteira assinada ou locar uma casa. Sem emprego, não tem condições financeiras de arcar com as despesas da regularização do visto, ficando assim sem alternativas, sendo que um problema depende da solução de outro para se resolver. Alguns, depois de esgotadas as possibilidades, acabam envolvendo-se com a criminalidade para tentar sobreviver. Podemos neste caso citar Lussi (2015, p.140)

... onde há criminalização dos migrantes, a ideia de que os estrangeiros atentam contra a segurança da população autóctone é facilmente levada a formas de marginalização dos estrangeiros, favorecendo comportamentos xenófobos que os excluem da população que tem direito a segurança pública, e os expõe ao risco de ser tratados como ‘bodes expiatórios’ dos problemas da segurança pública.

As palavras de Lussi podem ser corroboradas com o que nos explica Seyferth (2008, p.12), para quem “a imigração sempre suscitou posicionamentos contraditórios, em qualquer época: considerada necessária e até instrumento de civilização na consolidação do Estado, pode ser convertida em problema ou perigo nos tempos de crise, ou produzir sentimentos de xenofobia quando referenciada à nação.” Por um lado, é necessário aceitar que somos todos descendentes de migrantes: desde a época da colonização o Brasil recebeu moradores de outros países, que aqui vieram para trabalhar e povoar. Por outro, em tempos atuais, uma parcela da população acredita que estas pessoas, desejosas de um recomeço ou mesmo em fuga para preservar sua vida de guerras ou catástrofes naturais, buscam usurpar os direitos a que somente nós, brasileiros, deveríamos ter acesso.

Em maio de 2016, o então Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário publicou uma cartilha onde dispõe de uma série de informações sobre as responsabilidades da assistência social brasileira perante os migrantes, assim como os direitos a que estes podem usufruir, entre eles o acesso ao Cadastro Único para Políticas Sociais e ao Bolsa Família, quando enquadrados nos requisitos exigidos pelos programas. Os migrantes podem acessar a proteção social através de assistência de média e alta complexidade, estes últimos, conforme a cartilha, “aqueles que oferecem atendimento às famílias e aos indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem.”.

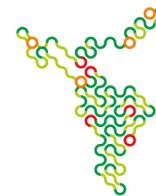


O documento disponibiliza uma série de outras informações, entre elas quais as responsabilidades da União, dos estados e municípios, e quais as responsabilidades conjuntas destes. Mas também deixa muito clara a igualdade de direitos entre brasileiros e estrangeiros, citando os princípios da universalidade (onde recebem o direito à proteção socioassistencial), gratuidade (o serviço prestado não deve ser cobrado, nenhuma contrapartida deve ser oferecida), integralidade de proteção social (onde somente o Benefício de Prestação Continuada é exclusivo dos brasileiros, os demais benefícios oferecidos pela Assistência Social podem ser igualmente usufruídos pelos migrantes) e equidade (onde deve ser respeitadas as origens do migrante, sua religião, sua cultura, sua diversidade como um todo).

Já a Secretaria de Assistência Social de Santa Catarina, em seu site, orienta que os migrantes que chegarem ao estado busquem por auxílio nos próprios municípios, através dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) e também nos Centros de Referência Especializados em Situação de Rua (Centro Pop), através dos quais é realizado o Cadastro Único e verificada em quais situações o imigrante precisa de orientação ou auxílio, como encaminhamento para o mercado de trabalho e auxílio com os documentos.

Uma das entidades não-governamentais que presta auxílio ao migrante e pode ser enumerada é a Cáritas Brasileira, que fundada em 1956, e é de responsabilidade da Confederação Nacional do Bispos do Brasil (CNBB). Faz parte de uma rede internacional, e conduz uma série de ações direcionadas a minorias, incentivando a melhoria em sua qualidade de vida. Entre elas, o acolhimento aos migrantes e refugiados. Uma das ações mais recentes foi o Programa PANA, onde, em parceria com a Cáritas Suíça, comprometeu-se a subsidiar aluguel para imigrantes venezuelanos que se encontravam em Boa Vista, Roraima, e que decidissem por mudar-se para outra localidade do país entre as pré-selecionadas pela entidade. Além disso, também desenvolveu com estas pessoas um conjunto de outras ações, como acompanhamento jurídico, auxílio para ingresso em cursos profissionalizantes e atendimento psicossocial.

Outro exemplo de programa de acolhimento ao migrante é o Centro de Referência do Atendimento ao Migrante, desenvolvido pela Arquidiocese de Florianópolis em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, sendo o primeiro centro deste nível em Santa Catarina e apenas o terceiro no Brasil. Em seu primeiro ano de funcionamento, 2018, foram



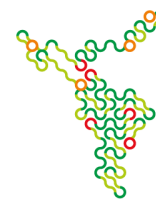
atendidos 5297 migrantes de 57 nacionalidades, sendo um total de 8174 procedimentos realizados. Estes podem ser: auxílio com documentação e regularização da permanência no país, atendimento psicossocial, aprendizado do idioma e acesso a cursos e informações sobre o mercado de trabalho, envio dos currículos dos migrantes para empresas parceiras, assim como integração com outros municípios para disseminação das ações de apoio.

Também a Rede de Capacitação de Refugiados e Migrantes realizou, entre 05 e 07 de Junho de 2019, em Florianópolis, uma série de ações visando aprimorar o atendimento aos imigrantes da região. Um simpósio, mesas redondas e treinamentos para os profissionais envolvidos na acolhida reforçaram os compromissos em oferecer aos imigrantes os mesmos direitos e oportunidades dos brasileiros. O evento reuniu para discussão uma série de participantes que realizam algum tipo de iniciativa voltada para este público.

Um dos participantes do evento foram integrantes dos Círculos de Hospitalidade, que definem-se como uma organização que “desenvolve projetos nos âmbitos educacional, social e cultural com a intenção de facilitar o processo de integração de comunidades refugiadas e imigrantes às sociedades hospedeiras”. Tratam-se de voluntários que buscam prestar auxílio com diversas práticas, entre elas o Círculo de Português (para o auxílio com o idioma), Círculos Criativos (oficinas de artesanato), capacitações e palestras. Também tem como um dos focos o esclarecimento da participação da mulher na sociedade, através do protagonismo feminino.

Também a ACNUR é responsável por uma rede de ações que intervém na situação dos imigrantes. Hoje o maior fluxo de pessoas estrangeiras que se refugiam no Brasil provém da Venezuela, país que tem em suas fronteiras o monitoramento da ACNUR através de programas que visam o auxílio com documentação e o atendimento a outras necessidades imediatas que estes refugiados possam ter. O órgão faz um trabalho expressivo em cerca de 130 países, seja com a integração do migrante no país escolhido, o reassentamento (quando o imigrante chega ao país em um estado da federação mas aceita ser remanejado para outro estado que aceite acolhê-lo) e auxílio em dinheiro, para citar algumas ações.

Como vimos em exemplos acima, as políticas públicas não precisam ser necessariamente aquelas criadas pelos governos federal, estadual e municipal. Organizações não governamentais, empresas e uma série de entidades contribuem grandemente para a inclusão dos migrantes na sociedade, podendo ou não contar com parcerias com o Estado para a implementação de suas ações.

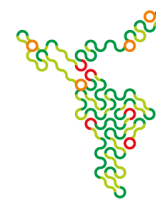


O importante é que, ao elaborar as políticas, uma série de fatores sempre devem ser explorados, entre eles a temática do reconhecimento, abordada por Neves (2017), que a traz tanto como uma questão de organização política quanto uma questão de bem-estar individual. A dignidade só existe quando mesmo com todas as nossas diferenças e desigualdades, somos reconhecidos como iguais. O autor explana que, em uma sociedade democrática como a brasileira, reconhecer grupos minoritários que vivenciam um contexto de desprezo social é essencial para a ideia de igualdade. Os migrantes fazem parte destas minorias, permanentemente estigmatizadas pelo fato de não terem nascido neste país, ou por serem associados a atos reprováveis cometidos por seus compatriotas, ou por seguirem outra religião, ou por qualquer motivo que os faça parecer menores aos olhos de seus acusadores.

Esse reconhecimento também é abordado por Lussi (2015), onde ela discute as informações trazidas pelo Relatório Mundial da Organização Internacional para as Migrações de 2013. A autora aborda que, quando há políticas adequadas para a adaptação e reconhecimento dos migrantes, tanto quanto para os nativos, há melhores probabilidades de um desenvolvimento da nação mais igualitário para todos. Todos sairiam beneficiados, já que os migrantes vêm para somar com a população local, vem para juntar forças. Quando as políticas públicas os abrangerem como iguais, irão fortalecer seu reconhecimento como parte do ambiente, aumentando sua integração com a população local.

Neste contexto, podemos falar de mais uma particularidade a ser levada em consideração na formulação das políticas públicas para migrantes: como elaborá-las sem fomentar a discriminação? Sua finalidade é justamente promover uma sociedade igual de direitos e deveres a todos que aqui vivem, prestando apoio a quem dela necessita. Desta forma, as políticas devem ser cuidadosas no que estabelecem, para não criar uma situação que diferencie o migrante de tal forma que os nativos possam se sentir desprestigiados por não terem acesso ao mesmo benefício e acabem gerando hostilidade, ou mesmo que coloque os migrantes em tal patamar que evidencie sua condição de estrangeiro e vulnerável, privando-o do sentimento de reconhecimento como um igual.

A situação é trazida por Lussi (2015, p. 137), quando a autora traz que “as especificidades das políticas públicas que as desigualdades da condição de migrante ou de refugiado podem requerer permite que eventuais situações de vulnerabilidade não se agravem por causa do fato migratório e que potencialidades dos sujeitos migrantes não sejam negadas nem fragilizadas.”. Entendemos que os migrantes, apesar de sua condição estrangeira ou de origem de outro local do mesmo país, precisam ser vistos como sujeitos com igualdade de condições com os nativos. Que possuem imensa capacidade



produtiva e intelectual e que esta não pode ser negada em virtude de sua origem. Da mesma forma, não podem ser postos em situação de vulnerabilidade justamente por sua condição apresentar fragilidade: o fato de que muitos acabam se submetendo a trabalhos precários e a situações humilhantes justamente pela sua procedência é, para dizer o mínimo, injusto. Assim que as políticas públicas precisam fortalecer sua atuação para este público-alvo, de forma a entender suas particularidades e não fomentar o preconceito ou a discriminação.

Um último ponto a ser ressaltado diz respeito às especificidades dentro da especificidade. Ao elaborar políticas públicas destinadas a migrantes, é necessário observar os subgrupos que compõe esse público-alvo: por exemplo, avaliar sob a perspectiva de gênero, onde a mulher migrante pode vir a se tornar uma vítima em potencial, tanto para a discriminação, quanto para a violência. Conforme trazem Costa e Schwinn (2018, p.205), é “...necessária a preocupação com a transversalidade das políticas públicas que contemplem o viés de gênero em sua formulação, ao mesmo tempo em que observem a interseccionalidade das discriminações sobre as mulheres.”. O fato de ser migrante pode sofrer o agravamento através de muitas outras situações, advindas por exemplo, da cor, da religião, do sexo. Desta forma, respeitar as diferenças e particularidades precisa ser o fio condutor que guia a elaboração das políticas públicas na busca por mais justiça e igualdade.

Considerações Finais

Durante o artigo, pudemos perceber que a elaboração das políticas públicas no Brasil é um assunto que necessita de constante atenção, visto a complexidade de fatores e especificidades que estão envolvidos no assunto. A falta de recursos, sejam eles humanos ou financeiros, o jogo de interesses dos formuladores das políticas, e a própria legalidade da permanência dos estrangeiros que aqui estão estabelecidos são apenas algumas das variáveis que são implicadas durante os processos. As próprias políticas já existentes acabam sendo falhas, pois mesmo na tentativa de ofertar a melhor alternativa para os migrantes, acabam contemplando somente alguns aspectos e não atendendo a tudo que é necessário para garantir a dignidade de vida destes novos moradores.

Ainda, é preciso olhar com atenção para o que já está sendo feito, de forma a analisar se as políticas existentes não estão discriminando ao invés de incluir, se não estão sendo ignoradas as particularidades: quando há pouco com o que se produzir, não se pode correr o risco de desperdiçar recursos com políticas mal elaboradas e que não atendam ao principal objetivo, que é de fazer com o



migrante obtenha seu reconhecimento como pessoa, como parte do local, e que por fim, se esqueça de sua condição: que se sinta brasileiro e seja respeitado e tratado como tal.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em 25 de Setembro de 2019.

ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. CRAI celebra um ano de atendimentos aos Migrantes. Disponível em: <https://arquifln.org.br/noticias/crai-celebra-um-ano-de-atendimento-aos-migrantes/>. Acesso em 02 de Julho de 2019.

BRASIL. Lei nº13.445, de 24 de Maio de 2017. Lei da Migração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em 03 de Setembro de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. O Papel da Assistência Social no Atendimento aos Migrantes. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf. Acesso em 17 de Julho de 2019.

CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007, p. 87-124.

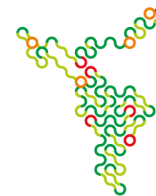
CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <http://caritas.org.br/>. Acesso em 10 de Julho de 2019.

COSTA, Marli M M, SCHWINN, Simone A. A Discriminação Múltipla sobre Mulheres Migrantes. Migrações e direitos humanos: problemática socioambiental / Margarita Rosa Gaviria Mejía (Org.) – Lajeado : Ed. da Univates, 2018.

ELHAJJI, Mohammed. Migrantes, uma Minoria Transnacional em busca de Cidadania Universal. Migrações e direitos humanos: problemática socioambiental / Margarita Rosa Gaviria Mejía (Org.) – Lajeado : Ed. da Univates, 2018.

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. Atuação em Rede: Capacitação dos Atores Envolvidos no Acolhimento, na Integração e na Interiorização de Refugiados e Migrantes do Brasil. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capacitacao-a-refugiados-e-migrantes/atividade-em-florianopolis/material-florianopolis>> Acesso em 25 de Julho de 2019.

LINBDOM, Charles. La politica desde la perspectiva del proceso de elaboracion de políticas públicas. In: El Proceso de elaboración de las políticas públicas. Madrid: Ministerio de las Administraciones Publicas, 1991 p. 09-54.



LUSSE, Carmem. Políticas Públicas e Desigualdade na Migração e Refúgio. Revista Psicologia USP: 2015, vol. 26, p. 136-144.

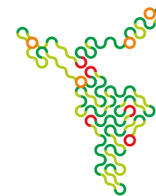
NEVES, Paulo Sérgio Costa. Reconhecimento e desprezo social ou os dilemas da democracia no Brasil Contemporâneo: algumas considerações à luz da questão racial. In: Revista Política & Sociedade. V.6, n.11. Florianópolis: UFSC, 2017, p. 117-132.

Portal Clicrbs. “Não são os mais pobres que violam as regras”, diz filósofa Adela Cortina. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/06/nao-sao-os-mais-pobres-que-violam-as-regras-diz-filosofo-adela-cortina-5921675.html>. Acesso em 02 de Outubro de 2019.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Santa Catarina. Atendimento ao Imigrante na Assistência Social. Disponível em <http://www.sds.sc.gov.br/index.php/institucional/atendimento-imigrante> Acesso em 03 de Julho de 2019.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político.



O HAITI NO TURISMO INTERNACIONAL: INTEGRAÇÃO EXTERNA E EXCLUSÃO SOCIAL

Hoyêdo Nunes Lins¹

Resumo: País pobre, o Haiti considera o turismo como setor estratégico. A incidência mais visível, contudo, envolve cruzeiros de empresas estrangeiras que obtêm a concessão do uso de recursos litorâneos para níveis de consumo sequer imaginados pela população haitiana, cujo acesso a tais estruturas é restrito ou bloqueado. O Haiti integra-se ao turismo global, mas a associada situação doméstica tende a ser de exclusão social.

Palavras-chave: Haiti. Turismo. Exclusão social.

Haiti in international tourism: external integration and social exclusion

Abstract: Haiti is a very poor country, and sees tourism as a strategic sector. However this involves mainly cruises, carried out by foreign companies enjoying access to coastal resources for levels of consumption not even imagined by most Haitians, whose presence in such structures is very limited, if not forbidden. Haiti integrates itself with international tourism, but the related domestic framework tends to represent social exclusion.

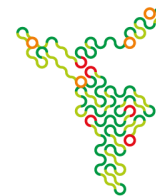
Keywords: Haiti. Tourism. Social exclusion.

Introdução

Setor dinâmico, dos que mais cresceram em nível mundial desde o segundo pós-guerra, o turismo seduz governantes diversos. País caribenho e com atributos condizentes – litoral de exceção, exotismo, riqueza sociocultural plasmada historicamente –, o Haiti não ficou ao largo da expansão do setor. Contudo, nas últimas décadas, isso implicou mormente cruzeiros, cujas especificidades sobressaem no debate sobre o turismo em territórios externos ao centro do capitalismo.

Este estudo, baseado em pesquisa bibliográfica e documental, aborda a experiência turística do Haiti, cuja população era de 11,4 milhões em 2020 (World Bank, 2021). Seu objetivo básico é mostrar o percurso do setor e discutir o sentido da expansão de um turismo marcado por peculiar relação entre empresas e recursos do litoral. O texto possui três partes, além desta introdução e da

¹ Professor Titular aposentado em serviço voluntário nos programas de pós-graduação em Economia e em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.



conclusão. A primeira traz considerações sobre a história do Haiti, a segunda fala sobre o percurso turístico do país e a terceira discute o significado, para esse território, da modalidade “turismo de cruzeiro”.

Haiti, uma trajetória vertiginosa

A história do Haiti é indissociável da expansão do capitalismo desde o século XVI, tendo a sua região, o Caribe, longamente acusado a presença de interesses espanhóis, holandeses, franceses e britânicos (Wallerstein, 1979). Várias de suas ilhas registraram ações coloniais, a cana de açúcar sobressaindo como matéria prima do que lhes permitiu os mais importantes resultados econômicos no século XVIII. Essa vida colonial significou também o uso de volumosa mão de obra escrava oriunda da África (Parry; Sherlock, 1976).

Na projeção regional europeia a França criou, no século XVII, a colônia de Saint-Domingue, a oeste da Ilha de Hispaniola. Seu destaque em produção de açúcar tornou-a essencial na economia francesa, o que magnificou o sentido da revolta de escravos lá deflagrada em meados de 1791, cujos efeitos fizeram a França extinguir a escravidão no seu império em 1794 (James, 2000). Embora Napoleão Bonaparte tentasse restaurar aquela ordem, os embates levaram à libertação da colônia, e a “Pérola das Antilhas” (como Saint-Domingue era referida) tornou-se independente em 1º de janeiro de 1804, com o nome de Haiti. O processo ressoou fortemente no mundo atlântico, segundo Dubois e Garrigus (2006). A Figura 1 mostra a localização do Haiti.

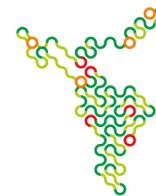


Figura 1 – Localização do Háiiti

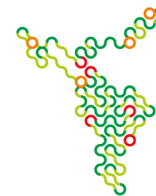


Fonte: Haiti (2021)

A posterior trajetória desse território foi tumultuada, como registrado na Encyclopædia Britannica (1963). Os conflitos de 1791 a 1804 afetaram a economia colonial e fortes ressentimentos se manifestaram, sendo sugestiva a presença, até 1852, de dois governos no país, em regiões próprias. Grandes dificuldades provinham do exterior, pois a França exigiu ressarcimento pela perda da colônia, prejudicando medidas como em áreas cruciais como educação, saúde e infraestrutura.

Da unificação do país até a I Guerra Mundial, vários governantes assumiram o poder e foram depostos por golpes. A interferência dos Estados Unidos (EUA) ganhou vulto, inclusive com presença militar, que também resultou de concessões haitianas. Esse envolvimento implicou ocupação estadunidense desde julho de 1915, ao fim da qual, em 1934, os haitianos assumiram o comando dos serviços públicos. Sucederam-se em seguida ditaduras e deposições, com violência nas ruas e colapso de negócios, em tumultuosa mistura que atravessou os anos 1940 e 1950.

A eleição de François Duvalier (Papa Doc), em 1957, deu início a uma longa ditadura. Morto o ditador, seu filho, Jean-Claude Duvalier (Baby Doc), assumiu o governo em 1971, permanecendo até 1986, quando foi deposto e exilado. Esse período exibiu os mais obscenos níveis de predação do Estado e desigualdades sociais no país. A queda de Baby Doc desencadeou movimento que levou



Aristide, um ex-padre, à presidência em dezembro de 1990, com agenda voltada à população pobre. Todavia, golpe militar orquestrado pela elite haitiana derrubou-o em setembro de 1991, instalando-se quadro de feroz violência política (Cassen, 1997).

Em outubro de 1994, após exílio nos EUA, Aristide voltou ao Haiti para terminar o mandato, sob proteção estadunidense, mas a situação da economia era calamitosa. Assim, seu sucessor, Préval, eleito em 1995, herdou conjuntura que pouco permitiu realizar. Como a violência política recrudescera, o novo governo recorreu aos EUA, que ampliaram o controle sobre o Haiti até em questões de segurança.

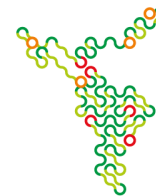
O ambiente era de encarniçada disputa política, com recorrentes ações armadas. Crescia a sensação de desgoverno, mostrando-se a polícia e o sistema judiciário mergulhados em corrupção e criminalidade, em contexto no qual o Haiti virara pivô no envio de cocaína para os EUA. Até as eleições seguintes, após adiamentos, nenhum orçamento foi aprovado, e isso interrompeu a imprescindível ajuda estrangeira ao país.

Em novembro de 2000, Aristide reelegeu-se presidente, e o Haiti, crivado de adversidades que impulsionavam a diáspora para os EUA, registrou no início do novo século levantes até de estudantes e empresários. A renúncia do presidente em agosto de 2004, com amparo dos EUA, foi seguida por transição institucional que terminou em maio de 2006, quando começou o segundo governo de Préval, vencedor das recentes eleições.

Em maio de 2011, Martelly foi empossado, após o pleito de abril daquele ano. Essa gestão foi abreviada devido a irregularidades, e, após outro mandato tampão, o empresário e político Jovenel Moïse venceu as eleições, assumindo o governo em fevereiro de 2017. Em 7 de julho de 2021, Moïse foi assassinado em sua residência por um numeroso grupo integrado por muitos estrangeiros.

Essa vertiginosa trajetória espelha condição que Seitenfus (2014, p. 71) assim sintetizou: “No Haiti o Estado praticamente não existe ou é extremamente frágil”, como ilustrado pela persistente presença de forças militares internacionais em atividades de segurança, sob os auspícios das Nações Unidas. É eloquente que, tendo o Haiti sofrido um devastador terremoto em 12 de janeiro de 2010, as doações internacionais beneficiassem Organizações Não Governamentais e operadores privados, em detrimento do Estado.

O país enfrentou ainda um surto de cólera, em outubro de 2010, rapidamente disseminado devido à miséria reinante e à devastação causada pelo terremoto, que atingiu a infraestrutura de



saneamento. Em outubro de 2016, o Furacão Matthew causou centenas de mortes e grandes danos materiais, sobretudo no sul do território haitiano.

Não surpreende, assim, que o Haiti figure entre os países com as condições mais adversas, em vários sentidos. Por exemplo, em 2012, único ano para o qual o Banco Mundial disponibiliza este dado para o Haiti, 58,5% da população figuravam abaixo da linha de pobreza nacional (World Bank, 2020a); só a República Democrática do Congo e Madagascar amargavam situação pior. A magnitude da diáspora haitiana diz muito: segundo Araújo (2020), calculava-se que, em meados dos anos 2010, de 20% a 40% da população viviam em outros países.

Nesse carente e tumultuado país, o turismo tem sido considerado, no plano institucional, um aceno para dias melhores em termos socioeconômicos.

O percurso do turismo no Haiti

Como outros territórios caribenhos, o Haiti exibiu crescimento de chegadas turísticas desde meados do século XX. Estudos como Séraphin (2011, 2018) e Sarrasin e Renaud (2014) auxiliam na percepção de aspectos importantes da respectiva trajetória.

Magnetizados principalmente por um litoral propício ao turismo de balneário e pelo binômio cultura-folclore, norte-americanos e europeus colocaram o país nos seus roteiros. Os anos 1950 viram multiplicação de chegadas que fez o país cintilar no Caribe, justificando falar em *belle époque* do setor no Haiti. Mas a ditadura de *Papa Doc* mudou o cenário. O fluxo foi bastante afetado, instalando-se situação que só no início dos anos 1970, com *Baby Doc*, mostraria alguma mudança.

Mesmo assim, prevaleceu o caráter cíclico da movimentação, alternando-se números altos e baixos, sobretudo de estadunidenses e canadenses. Essa oscilação marcou as décadas de 1980 (em cuja segunda metade *Baby Doc* foi derrubado) e 1990, embora a tendência fosse de forte queda, pois o quadro econômico e político era muito adverso e impunha atmosfera de grande insegurança.

O governo haitiano tentou promover o turismo desde, pelo menos, o início dos anos 1970, mas foi preciso esperar dois decênios para que surgisse um Plano Diretor do Turismo. Seu foco era o turismo de balneário, mirando-se investimentos estrangeiros em hotéis de luxo em regiões escolhidas. A frustração de vários objetivos provocou revisão no início do novo século, no bojo de um Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Haiti. Atrair investidores, melhorar as infraestruturas,



valorizar o patrimônio histórico, recuperar a imagem do país no exterior e avançar na educação e formação para turismo destacavam-se entre as medidas elencadas.

Contudo, as possibilidades turísticas no Haiti permaneciam também condicionadas pela exposição do país a eventos como furacões e tempestades. Por exemplo, o terremoto de janeiro de 2010 destruiu o grosso das infraestruturas e serviços relacionados.

No governo iniciado em 2011 voltou-se a dar prioridade ao setor, a estabilidade política temporária então lograda repercutindo positivamente: uma imagem otimista teria estimulado investimentos hoteleiros de empresas estrangeiras como Royal Oasis, El Rancho, Best Western, Marriott e Hilton Garden Inn. Foi mais beneficiada nesse processo a rica comuna de Pétienville, distante 9 km de Port-au-Prince, a capital do país. Isso estava em descompasso, note-se, com o fato de grande parte dos turistas – em geral haitianos que tinham emigrado ou seus descendentes – pertencer à classe média ou trabalhadora na sua origem, ou ter viajado para trabalho voluntário na ajuda ao desenvolvimento, como constatado em 2013 por Kolbe, Brookes e Muggah (2013).

De todo modo, Séraphin (2018, p. 258, nossa tradução) avaliou que “O ponto de virada no desenvolvimento do setor turístico no Haiti foi o terremoto de 2010, que deflagrou um desejo de oferecer produtos e serviços de qualidade, especificamente no setor de hospedagem [...]”. O que dizem os números? A Figura 2 mostra as chegadas turísticas entre 1995 e 2018. Há estagnação até 2006, um salto em 2007 e movimento cíclico até 2010, quando ocorreu queda brusca. Depois observa-se uma lenta recuperação, afetada em 2016 pelo Furação Matthew.

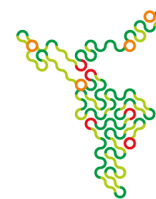
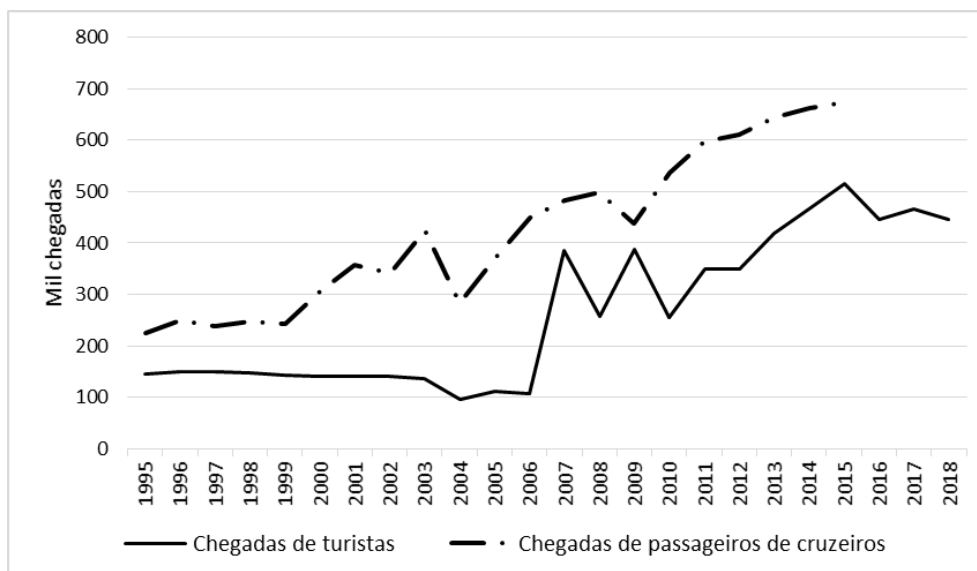


Figura 2 – Haiti: chegadas de turistas (1995-2018) e de passageiros de cruzeiros (1995-2015)

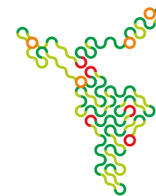


Fonte: elaborado pelo autor com dados de CTO (2020) para turistas e cruzeiristas de 1995 a 2012, de World Bank (2020b) para turistas de 2013 a 2018 e de Rosier (2017, p. 201) para cruzeiristas de 2013 a 2015.

Merece particular realce a expansão do número de passageiros de cruzeiros, que não contam como turistas nas estatísticas oficiais, segundo Clancy (2008), devido à sua (costumeiramente) curta estada em terra firme. Oscilações pouco pronunciadas nos anos 2010 sugerem que a devastação do terremoto não afetou essa modalidade. Pode-se dizer, portanto, que nas últimas décadas a condição do Haiti como destino turístico envolve sobretudo cruzeiros. Que questões isso pode suscitar?

Turismo de cruzeiros no Caribe e no Haiti: uma reflexão

Com crescente presença mundial desde o início dos anos 1970, o turismo de cruzeiros se particulariza pelo fato de o próprio meio de transporte ser o *locus* principal do trinômio hospedagem-alimentação-lazer. Dominam o setor poucas grandes companhias, prevalecendo as estadunidenses, ao ritmo de lançamentos de navios que ampliam extraordinariamente a capacidade de transporte. Daí a marcante multiplicação dos cruzeiristas no mundo, em número que passou de 3,7 milhões para 16,6 milhões entre 1990 e 2011, segundo Dehoorne e Petit-Charles (2011), sendo Miami o principal ponto de embarque (Dehoorne; Murat; Petit-Charles, 2009).



O Caribe sobressai nessa modalidade, mormente a sua porção ocidental. Mas também o leste, onde está o Haiti, exhibe envolvimento. As empresas têm privilegiado os destinos mais próximos dos EUA, mais seguros e menos onerosos, em meio à forte concorrência entre as localidades para participar dos roteiros.

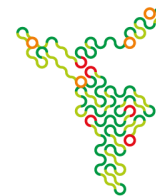
É intenso o debate sobre os efeitos do turismo de cruzeiros nos locais envolvidos com essa modalidade. A literatura internacional sobre o assunto não é escassa, mas a limitação do espaço impõe considerar somente alguns aspectos da discussão, tendo em vista o Caribe e o Haiti.

Uma primeira questão refere-se aos efeitos econômicos, remetendo aos gastos turísticos e às induções ou impulsos. As empresas de cruzeiros abastecem os navios nos portos de origem, não durante os circuitos. Também usam estratégias para que os gastos dos cruzeiristas a bordo se ampliem, em detrimento daqueles em terra firme. O tempo em terra e o número de escalas são reduzidos, com reflexo nos roteiros, prevalecendo os desembarques em clubes e em ilhas ou praias exclusivas cujo uso é obtido pelas empresas mediante concessão dos governos (Sprague-Silgado, 2017).

Os ambientes terrestres têm geralmente função secundária nessa oferta turística. A razão é que, segundo Rodrigue e Notteboom (2013), esse tipo de turismo envolve a venda de itinerários e não de destinos. “As implicações para as destinações caribenhas são bem claras [...], pois] o crescimento do turismo de cruzeiros promete benefícios crescentemente pequenos. O gasto do cruzeirista desembarcado é uma fração daquele do turista terrestre” (Clancy, 2008, p. 416, nossa tradução).

Os lucros beneficiam totalmente (ou quase) capitais externos ao Caribe, e isso amplia o problema da fuga de receitas turísticas, que no Haiti representa quase 2/3 do que é gerado no turismo como um todo. De fato, nesse país, “A atividade turística é externa ao resto da economia, com forte consumo de bens importados por uma clientela estrangeira. Grande parte dos resultados econômicos retorna aos países de origem das firmas, sendo apenas marginal o efeito na economia local.” (Jeannite; Sarrasin, 2018, p. 125, nossa tradução). É fraca a vinculada indução econômica: a “[...] natureza de enclave do turismo de cruzeiro e a integração econômica vertical, com os navios se abastecendo em seus portos de origem, inibem essa possibilidade” (Renaud, 2017, [S.p.], nossa tradução).

Além disso, não é pequeno o ônus para os territórios envolvidos, que precisam prover ruas e estradas em boas condições, estruturas de acolhimento para excursões e a estrutura urbana no entorno dos portos. Igualmente recaem sobre eles as externalidades negativas, entre elas as de cunho ambiental e as incrustadas na condição dos navios como destinos turísticos no Caribe, onde os



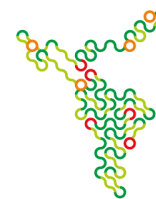
[...] novos “territórios turísticos sem terra”, aptos a captar as amenidades geográficas que estribam a demanda turística regional (mar, sol), transformam o setor de cruzeiro em sério concorrente dos destinos turísticos terrestres tradicionais. Assim, o desenvolvimento desse setor no Caribe constitui, ao longo do tempo, uma ameaça à atividade turística tradicional da região [...]. (LOGOSSAH, 2007, p. 11, nossa tradução).

Outra esfera de observação refere-se ao trabalho nos cruzeiros. Essa modalidade pouco significa em geração de emprego, direta ou indiretamente, nos territórios implicados. Além disso, poucos empregados das companhias têm origem no Caribe. Clancy (2008, p. 411, nossa tradução) observou que “O trabalho é altamente segmentado por país e origem nacional, com linhas de cruzeiro atraindo cada vez mais empregados de países de baixos salários [...]. São muito poucos os que vêm da África ou do Caribe”. Alguns países asiáticos, como as Filipinas, destacam-se como origem.

No trabalho a bordo, chamam a atenção a baixa remuneração e as precárias condições nas atividades de hospedagem, alimentação e lazer/entretenimento. Logossah (2007) assinala que, durante meses, esses trabalhadores não têm repouso semanal e enfrentam jornadas que podem superar 12 horas. Como os navios não costumam ostentar bandeiras do país do proprietário, e sim de outros países (como Panamá e Libéria), a regulamentação segue as normas dos segundos, refletindo-se em elevada exploração (Sprague-Silgado, 2017).

Os pontos de parada e desembarque, de uso exclusivo para os cruzeiristas sob estrito controle e vigilância das empresas, representam enclaves e bolhas nos territórios. No Haiti, a ilustração mais acabada é um trecho da costa centro-norte, em Labadee, onde a Royal Caribbean (sediada em Miami) possui um *resort* cercado. A lógica é a mesma de muitos locais no Caribe, onde “[...] os hotéis tendem a agrupar seus hóspedes em praias privadas, em hospedagem ‘com tudo incluído’. A linha costeira caribenha está, assim, sendo rapidamente cercada [...]” (Tropical..., 2000, p. 64, nossa tradução). Nesses ambientes, observa-se a “[...] privatização do espaço dedicado ao enclave, provocando uma restrição de seus acessos, quiçá seu fechamento (completo ou parcial) ao público” (Renaud, 2017, [S.p.], nossa tradução).

Relações de poder crivam, nesse contexto, as interações entre as empresas e as comunidades. O jogo de força tem favorecido as primeiras em negociações sobre que atividades instalar nas escalas e as condições de operação, os governantes e as elites caribenhas encorajando a presença de interesses estrangeiros mediante políticas específicas. Lutas são suscitadas, refletindo os interesses na economia do turismo. Constitui ilustração processo na cidade de Belize, em que,



No círculo do enclave ou da zona de acolhimento chamada “vilarejo turístico”, a situação reflete em muitos sentidos uma relação de poder cujo problema é o acesso às receitas potenciais decorrentes do desembarque em massa de turistas durante as escalas. É nessa zona de resistência, instaurada em face da autoridade e em resposta às desigualdades, que cidadãos locais tentam estabelecer contatos pecuniários com os turistas por meio de estratégias informais [...]. [A] zona de acolhimento corresponde a uma zona franca privada permitida pelo governo e favorece o surgimento de locais de consumo. Trata-se de um país dentro de outro e, para entrar, deve-se passar por controle aduaneiro mostrando um passaporte. [...] Portanto, essa zona de acolhimento é pouco integrada ao território existente e tende ao hermetismo. (RENAUD, 2017, [S.p.], nossa tradução)

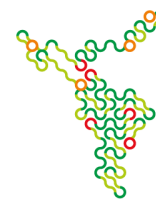
Conclusão

A presença do setor turístico é um fato no Caribe como um todo. Para o Haiti, devido a desafiadoras dificuldades econômicas que significam monumentais carências em geração de empregos e renda, trata-se, por quaisquer ângulos, de setor que merece ser qualificado de estratégico: as oportunidades criadas podem até ajudar na contenção das persistentes turbulências e da violência, embora a própria estabilidade e a paz social sejam requisitos para turismo.

Todavia, reconhecer o caráter estratégico do turismo não significa postular que o setor deve reinar em (quase) exclusividade, tornando o território refém das circunstâncias. Isso ficou dramaticamente claro em todo o Caribe – e percebido em várias situações ao longo do tempo, em diferentes regiões – sob a pandemia da Covid-19 (Anxious..., 2020; Mohammed, 2020).

No Haiti, como em diversas outras experiências mundo afora, um turismo que contribua para o desenvolvimento implica promover e fortalecer práticas e atividades que realmente repercutam econômica e socialmente. Isso significa, entre outras coisas, estímulos a empreendimentos de origem local (em hospedagem, alimentação, lazer-entretenimento) que reflitam (ou acenem com) oportunidades para a população. Não que essa perspectiva tenha estado ausente por completo das iniciativas institucionais para promover o setor turístico nesse país. Entretanto, não há equívoco em asseverar que muito mais necessitaria e deveria ser feito.

Uma palavra de ordem em tal processo, norteando as ações promotoras, haveria de ser “inclusão”. A rigor, esse sentido deveria figurar como mote em quaisquer iniciativas no Haiti, onde, conforme reconhecido inclusive no Banco Mundial, “Políticas de inclusão são necessárias” (Singh; Barton-Dock, 2012, p. 79, nossa tradução) até com vistas a atenuar a violência e a instabilidade nutridas pela ausência de perspectivas.



Com respeito ao setor turístico, a Organização Mundial do Turismo assinala que sua contribuição ao combate à pobreza, em diferentes territórios, depende de parcerias envolvendo comunidades, empreendimentos e o setor público (OMT, 2002). Ou seja, o foco há de ser a interação profícua e não a exclusão, algo tanto mais necessário na medida em que se observa, como faz Mombeuil (2018), que em várias comunidades com turismo a maioria dos empreendimentos pertence a agentes extralocais, significando evasão de recursos.

É verdade que o vigoroso avanço do segmento de cruzeiros, com seus locais de desembarque cercados e o “estranhamento” em relação ao território, pode ser lido como vetor de integração do Haiti ao turismo internacional. Todavia, a face doméstica desse envolvimento, considerando-se o perfil até então predominante dessa modalidade turística no Caribe, tende a exibir considerável exclusão social.

Trata-se, sem dúvida, de um inquietante aspecto da trajetória cumprida, que deverá ter suas consequências agravadas caso se persista no caminho ora desenhado, como parece ser o caso. O fortalecimento dessa modalidade vem sobressaindo nas intenções do governo haitiano: segundo a ICA (2017), pretende-se para Labadee – principal porto de cruzeiros do país – um crescimento dos atuais 700 mil cruzeiristas por ano para algo em torno de 2 milhões até 2035, e outras estruturas de desembarque encontram-se na mira das autoridades para instalação ou melhoria.

Referências

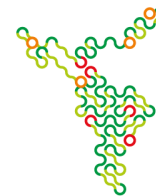
ANXIOUS isles. **The Economist**, p. 29-30, Aug. 22nd 2020.

ARAÚJO, A. A. de A. Família, capital social e migração: a diáspora haitiana. **Idéias**, v. 11, p. 1-20, 2020.

CASSEN, B. Haïti dans la spirale du désespoir. **Le Monde Diplomatique**, n. 523, p. 24-25, Oct. 1997.

CLANCY, M. Cruisin’ to exclusion: commodity chains, the cruise industry, and development in the Caribbean. **Globalizations**, v. 5, n. 3, p. 405-418, 2008.

CTO (Caribbean Tourism Organization). **Haiti arrivals 2012**. Barbados:CTO, 2020. Disponível em: <http://www.onecaribbean.org/knowledgebase/haiti-arrivals-2012/> . Acesso em: 10 mar. 2020.



DEHOORNE, O.; MURAT, C.; PETIT-CHARLES, N. Le tourisme de croisière dans l'espace caribéen: évolutions récentes et enjeux de développement. **Études Caribéennes**, n. 13-14, p. 1-16, Déc. 2009.

DEHOORNE, O.; PETIT-CHARLES, N. Tourisme de croisière et industry de la croisière. **Études Caribéennes**, n. 18, p. 1-13, Avr. 2011.

DUBOIS, L.; GARRIGUS, J. D. **Slave revolution in the Caribbean, 1789-1804**: a brief history with documents. Boston: Bedford/St. Martin's, 2006.

ENCYCLOPAEDIA Britannica. (1963). V. 11. Chicago: William Benton. Haiti, p. 84-87.

HAITI. **Encyclopaedia Britannica**, [S.p.], 2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Haiti> Acesso em: 20 jan. 2021.

ICA (Investment Consulting Associates). **CFI Haiti tourism sector**. Amsterdam: ICA, 2017.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.

JEANNITE, S.; SARRASIN, B. Structures du système international et diffusion du tourisme en Haïti. **Alternatives Sud**, v. 25, p. 117-126, 2018.

KOLBE, A. R.; BROOKES, K.; MUGGAH, R. **Is tourism Haiti's magic bullet?** An empirical treatment of Haiti's tourism potential. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2013. (Strategic Note 9)

LOGOSSAH, K. L'industrie de croisière dans la Caraïbe: facteur de développement ou pâle reflet de la mondialisation?, **Téoros**, v. 26, n. 1, p. 1-16, 2007.

MOHAMMED, N. **Tourism sector in the English – and Dutch – speaking Caribbean**: an overview and the impact of COVID-19 on growth and employment. Por of Spain: ILO, 2020.

MOMBEUIL, C. Interaction from tourism development in Port-au-Prince, Haiti. **Journal of Tourism, Heritage & Services Marketing**, v. 4, n. 1, p. 8-14, 2018.

OMT (Organisation Mondiale du Tourisme.). **Le tourisme et la réduction de la pauvreté**. Madrid: OMT, 2002.

PARRY, J. H.; SHERLOCK, P. **A short history of the West Indies**. 3.ed. New York: St. Martin's Press, 1976.

RENAUD, L. Résister au débarquement: tourisme de croisière et dynamiques territoriales au Québec et dans la Caraïbe. **BITA**, n. 10, [S.p.], 2017. Disponível em: <http://revue->



rita.com/thema/resister-au-debarquement-tourisme-de-croisiere-et-dynamiques-territoriales-quebec-caraibe.html Acesso em: 7 jan. 2021.

RODRIGUE, J.-P.; NOTTEBOOM, T. The geography of cruises: itineraries, not destinations. *Applied Geography*, v. 38, p. 31-42, 2013.

ROSIER, J. S. **Turismo no Haiti**: envolvimento na cadeia global do turismo e reflexos socioeconômicos locais. 2017. 306 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SARRASIN, B.; RENAUD, L. Quel tourisme por Haïti: de la résilience à l'émergence d'une nouvelle destination? *Études Caribéennes*, n. 27-28, [S.p.], Avr.-Août 2014.

SEITENFUS, R. **Haiti**: dilemas e fracassos internacionais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

SÉRAPHIN, H. Hispaniola: the future tourism destination of the Caribbean? *Journal of Tourism Consumption and Practice*, v. 3, n. 2, p. 38-44, 2011.

SÉRAPHIN, H. The past, present and future of Haiti as a post-colonial, post-conflict and post-disaster destination. *Journal of Tourism Futures*, v. 4, n. 3, p. 249-264, 2018.

SINGH, R. J.; BARTON-DOCK, M. **Haïti**: des opportunités por tous. Washington, D.C.: Groupe de la Banque Mondiale, 2016.

SPRAGUE-SILGADO, J. The Caribbean cruise ship business and the emergence of a transnational capitalist class. *Journal of World-Systems Research*, v. 23, n. 1, p. 93-125, 2017.

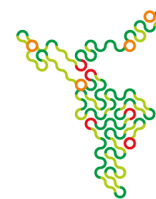
TROPICAL blues. *The Economist*, p. 64, Apr. 29th 2000.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial**. T. 1. México, DF: Siglo Veintiuno, 1979.

WORLD BANK. **Poverty headcount ratio at national poverty lines (% of population) – Haiti**. Washington, D.C.: The World Bank, 2020a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.NAHC?locations=HT> Acesso em: 14 jan. 2021.

WORLD BANK. **International tourism, number of arrivals – Haiti**. Washington, D.C.: The World Bank Group, 2020b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/ST.INT.ARVL?locations=HT> Acesso em: 9 mar. 2020b.

WORLD BANK. **Population, total**. Washington, D.C.: The World Bank Group, 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?view=chart> Acesso em: 12 jul. 2021.



O SINTE REGIONAL DE ARARANGUÁ NA MEMÓRIA DE PROFESSORES: ENTRE LEMBRANÇAS E LUTAS

Rodrigo Antonio Mattos¹

Resumo: Este artigo faz parte da pesquisa da dissertação de Mestrado em Educação, concluída em 2017, sobre o processo de transição da associação de trabalhadores em educação para sindicato após a Constituição de 1988, no Vale do Araranguá, sul de Santa Catarina. O estudo analisou o processo que deu início com a formação da APROVA em 1983 e sua transformação em Sinte Regional de Araranguá, em 1988, a partir das entrevistas com 8 professores. A pesquisa aborda as memórias de professores que contribuíram para a constituição da entidade. Sendo o olhar destes professores, em suas memórias, a visão de uma nova fase para a categoria dos trabalhadores em educação na rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Educação. Memória. Sindicalismo.

The Regional Sinte of Araranguá in the memory of teachers: Between memories and fights

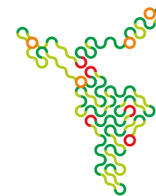
Astract: This article is part of the Master's dissertation research in Education, completed in 2017, on the transition process of education workers association for nomination after the 1988 Constitution, in the Araranguá Valley, in the south of Santa Catarina. The study analyzed the process that started the formation of APROVA in 1983 and its transformation into Sinte Regional de Araranguá, in 1988, based on the interviews with 8 teachers. A survey addresses how memories of teachers who contributed to the constitution of the entity. Being the teacher of these, in his memoirs, a vision of a new phase for a category of workers in public education in the public-school system of the State of Santa Catarina.

Keywords: Education. Memory. Syndicalism.

O Sinte Regional Araranguá teve sua constituição a partir da Associação dos Professores do Vale do Araranguá (APROVA), pensada na década de 1970 por alguns professores que tiveram contato com a Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC), e tornou-se oficial em 1983. A formação desta entidade está relacionada diretamente a história da educação na rede estadual de ensino na região, como também dos professores e seus direitos conquistados e das greves e mobilizações.

Foram entrevistados sete professoras e um professor, entre os anos de 2015 e 2016, seus nomes constavam nas atas e documentos da APROVA e do SINTE Regional de Araranguá, como dirigentes.

¹ Professor na Rede Pública Estadual, lotado na EEB Professora Eremeta Souza. Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. rodrigomattos81@gmail.com.



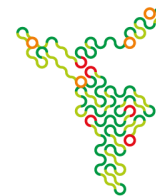
Esses professores eram grevistas, mães, pais, esposas, esposos, professoras e professores que tinham medo, sofriam preconceitos, inseguranças, mas que tinham vontade de lutar e convicção de que existiam dois lados, o do patrão e o do trabalhador. Os professores entrevistados lecionaram durante o processo de transição da ALISC para o SINTE, participando também da APROVA, a maioria deles iniciando seu trabalho na educação na década de 1970, e se aposentando nos anos 2000.

Entre lembranças e lutas: A fundação do Sinte Regional de Araranguá na memória dos professores

A educação catarinense até meados dos anos de 1960 seguiam o modelo tecnicista em um prisma elitista, mesmo quando atendiam alunos das periferias ou da zona rural tentavam moldá-los como os alunos filhos de um grupo mais abastados. Sendo assim, grande parte dos alunos matriculados na escola pública neste período acabava desistindo e abandonando a escola, com o percentual de evasão escolar chegando a 93% entre 1962 e 1969. Não havia uma discussão sobre as dificuldades estruturais ou o método de pedagógico nas unidades de ensino, o autoritarismo do regime vigente era transmitido aos alunos, a falta das disciplinas de Filosofia e História da Educação fortaleciam a falta de uma análise conjuntural sobre a realidade escolar.

Neste cenário profissional para os educadores, que emergiu a primeira organização representativa para a categoria em Santa Catarina. Em 1966, foi criada a Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC), que tinha como intuito a organização dos professores licenciados, que não eram vistos pelo Estado como profissionais da Educação, e tinham seus contratos de trabalho diferenciados dos professores normalistas. De acordo com Lemes (2007, p.42) “reuniram-se em 8 de maio de 1966, nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), um grupo de professores incumbidos de criar a ALISC (Associação dos Licenciados de Santa Catarina)”, estavam movidos pelas precárias condições de trabalho e pela falta de uma associação que representasse a categoria. A primeira diretoria teve como presidente Maria Carolina Galloti Kehrig, eleita no ato da fundação da ALISC.

No início dos anos 70, segundo Souza (1996, p.27), em torno de quinhentos professores licenciados entraram na justiça para contestar a contratação dos licenciados no Estado de Santa Catarina, e obtiveram êxito. A ALISC iniciou esse debate em Santa Catarina, mesmo que os



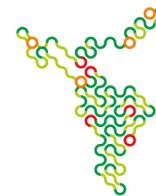
professores que participaram desta construção da associação não tivessem uma preocupação inicial com a questão pedagógica da escola, foram estes os primeiros a enfrentar a força e a repressão do sistema educacional reprodutor e buscar uma educação transformadora. A contratação destes professores designados era temporária e recebiam por aula dada, ou seja, por hora de trabalho, sem nenhuma garantia trabalhista. No início dos anos 1980 o Estado normatiza a contratação de licenciados para trabalhar em caráter temporário, nomenclatura atribuída aos professores até então designados, como expõe Souza (1996, p. 27):

Os profissionais que eram licenciados, através da Lei nº 6032 de 17/02/83 que normatiza o regime jurídico dos servidores Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) – novo nome atribuído aos designados – no Magistério Público Estadual, estavam aptos para nele ingressar sem concurso público desde que estivessem em exercício no magistério por cinco anos ininterruptos ou dez intercalados, que ocupassem vaga excedente e que tivessem uma jornada de trabalho de no mínimo 20 horas semanais.

A associação que inicialmente foi criada para representar e lutar pela efetivação dos designados, com o tempo agregou os outros trabalhadores da rede estadual de educação, se consolidando como representação dos professores, principalmente após confrontar o Estado, impetrando ações judiciais coletivas que buscavam garantir direitos trabalhistas aos professores e construindo movimentos de embate político com o governo, como manifestações, fechamentos de escolas e greve.

O início foi dado pela ALISC, e usando-a como exemplo de enfrentamento de classe, algumas associações regionais e associações de outros setores da categoria foram surgindo em todo o Estado, como a APJ - Associação dos Professores de Joinville, no norte do Estado, a APROVA - Associação dos Professores do Vale do Araranguá, no extremo sul de Santa Catarina, APROMAR – Associação dos professores de Maravilha, no Oeste catarinense. Em 1980, durante o governo de Jorge Konder Bornhausen os professores realizaram a primeira greve da categoria em Santa Catarina, cerca de 800 professores paralisaram suas atividades, sob o comando da ALISC, por doze dias.

Em 1983, no governo de Esperidião Amim Helou Filho, o magistério catarinense se mobilizou novamente, em uma greve capitaneada pela ALISC, com as associações regionais dando o suporte de base e, por outro lado, conseguindo que o governador aceitasse e promovesse o Plano Estadual de Educação, um marco na história da educação no Estado de Santa Catarina. Conforme pontua Souza (1996, p. 37) “Em 1983, de maneira mais incisiva, a ALISC põe em evidencia a polarização em torno



da questão educacional”. que trouxe consigo alguns fatores positivos, por um lado mostrou a força da organização da categoria. Além do PEE, a greve de 1983, garantiu a representação dos professores na reconstrução do Estatuto do Magistério e do Plano de Carreira dos trabalhadores em educação, que foi aprovado em 1986, na ALESC.

A década de 1980 foi o período em que a ALISC se transformaria no SINTE/SC. Em 1985 a ALISC associa-se à CUT, segundo Souza (1996, p. 43) o “processo foi muito tumultuado”, sem ter um pleito amplo, sem a participação e fóruns com a base para entender o significado daquele ato, “não envolvendo, de maneira contundente, os demais segmentos da categoria”, que foi histórico e teve grande importância naquela conjuntura, mas que não construiu uma formação sindical contando com a presença da categoria.

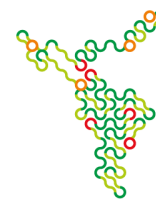
O ano de 1987 marcou para sempre a história dos professores em Santa Catarina, a categoria paralisada nas ruas de Florianópolis exigindo do governador de Pedro Ivo Campos, a permanência do decreto 29.790/86, que instituía os Conselhos Deliberativos de Escola as eleições diretas para diretores de escolas. Durante 54 dias as escolas estaduais de Santa Catarina estiveram de portas fechadas, sem receber alunos, numa greve que ainda hoje está no imaginário dos professores estaduais do Estado, como conta a professora Terezinha dos Santos da Rosa “Então foi uma greve muito grande, por exemplo, eu lembro de épocas de a gente ir com onze ônibus, de nove ônibus lotados, não sei se onze, mas nove ônibus eu tenho certeza que foram em Assembleia em Florianópolis”.²

Naquele momento, os trabalhadores em educação estavam organizados em várias associações, porém, a ALISC era a associação que desde o final dos anos de 1970 tinha a marca do distanciamento do governo e da luta de classe, chamando os professores para a mobilização, organizando os núcleos regionais e promovendo o debate trabalhista.

Na região do Vale do Araranguá, não era diferente. O núcleo regional da ALISC foi organizado por professores que não sucumbiam aos desmandos do governo estadual e idealizavam uma categoria com consciência de classe, assim surgiu a Associação dos Professores do Vale do Araranguá – APROVA, que com a mudança constitucional em 1988, se transformou no SINTE Regional de Araranguá. Essa transição foi regada com debates, análises conjunturais e com muito trabalho, segundo a professora Celi Cecconi³ “A gente ficava discutindo aquilo ali e teve toda uma

² Terezinha Santos da Rosa. Entrevista citada.

³ Celi Cecconi. Entrevista citada.



conversa sobre a Lei do Sindicato, como ele seria formado, a primeira chapa, vinha gente de Florianópolis, mais de Criciúma do que Florianópolis”, que relembra que “Ana Aquini, não era partidária. Ela era bem aguerrida, ela queria o bem dos profissionais da educação e não do partido. Araranguá, Criciúma também não era. Aqui no Sul era contra esse partidarismo”.

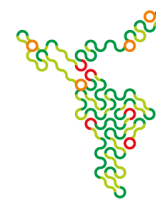
As memórias dos professores sobre o primeiro contato com a APROVA, a primeira greve, a mobilização mais extensa, a morte de alguns colegas de luta, o enfrentamento com o governo, quando apanharam dos policiais militares, o fechamento de vias públicas, a transformação da ALISC em SINTE, as eleições e os congressos sindicais, entre outros eventos que vivenciaram, estão vivas nas lembranças dos professores. Entretanto, mesmo entre aqueles que estiveram à frente desse movimento de classe, por uma carga-horária cheia ou por falta de investimento em formação sindical por parte dos dirigentes, tem uma carência de conhecimento científico sobre o tema, a professora Bernadete Proença⁴ relembra “Lá em Florianópolis, quando teve os congressos para resolver isso teve muito choro, muita briga, e em nenhum lugar tu vai encontrar escrito o que aconteceu realmente, em todo esse momento dessa luta, porque eles não aceitavam”.

Todavia, ao rememorar sobre a transição entre ALISC para SINTE, observa-se que alguns professores, mesmo que participando diretamente das mobilizações, tinham dificuldade para compreender a relação entre a APROVA, associação regional, e a ALISC, associação estadual, como rememora a professora Celi⁵ “A transição que estou querendo lembrar, mas está vaga, porque que da APROVA para ALISC e da ALISC pro SINTE, o nome já mudou lá. O que a gente sentia a necessidade era de ter essas mudanças, era bom que avançou, estava evoluindo, não podia mais ficar numa associação”.

Durante a Constituinte de 1988 os trabalhadores não conquistaram todas suas bandeiras de luta, a pressão das centrais sindicais e dos movimentos populares não surtiram todo o efeito esperado. Porém, dentro do cenário político que o país vivia nas últimas décadas, houveram avanços, pois saiu-se de um período de ditadura, onde as leis existentes haviam sido ultrajadas e o país se transformou numa nação em que os trabalhadores foram perseguidos e mortos por buscar melhores condições de trabalho, para um período de construção da democracia.

⁴ Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.

⁵ Celi Cecconi. Entrevista citada.



Todavia, os trabalhadores conseguiram avançar e algumas de suas bandeiras de luta foram conquistadas, como a ampliação da remuneração das horas extraordinárias de 20% para 50%, jornada semanal de 44 horas, férias de 30 dias com 1/3 de remuneração adicional, ampliação da licença gestação, igualdade de direitos entre trabalhadores em razão do gênero, idade, cor ou estado civil, como também a ampliação do seguro-desemprego e o aviso prévio. A professora Bernadete⁶ associa essas conquistas ao surgimento do Sinte, “Ele virou em 1988, após a Constituição, foi oficializado no início de 1989, porque não podia ser sindicato, eram associações”.

A mudança na nomenclatura da ALISC acontece após diversos debates entre os associados, logo após a promulgação da Constituição de 1988, onde foi estabelecido no artigo 8º as diretrizes para a organização sindical e no artigo 10º estendendo as mesmas para os trabalhadores públicos.

Enquanto alguns professores encontravam uma dificuldade de compreender, outros tinham clareza do que estava acontecendo, vivenciaram aquela transformação como uma vitória de anos de luta, que vinham acontecendo de forma fracionada, contra o sistema ditatorial vigente nos anos anteriores, contra o descaso que os governadores do Estado de Santa Catarina trataram a educação em tempos predecessores

Porém, com um sindicato tudo seria diferente, a discussão agora era unificada em todo o Estado, do litoral ao oeste, do extremo sul ao norte. Um dos pontos que teve uma discussão ampliada foi o nome dado ao novo sindicato, como aponta a professora Celi Cecconi⁷ “a formação do SINTE teve uma discussão bem ampla de tudo, do nome, das chapas que iriam concorrer, a aprovação do sindicato, foi um momento muito importante”, com os professores se reconhecendo como trabalhadores em educação, e unificando todos os profissionais da educação.

Nas palavras de algumas professoras, como a professora Terezinha e a professora Bernadete Proença, é possível observar que a partir do momento que a ALISC se transforma em SINTE, a entidade amplia sua representatividade, não sendo mais uma mera associação. Para Souza (2002, p.128) “no decorrer dos anos 80, no que diz respeito à organização e luta dos trabalhadores no bojo do processo de abertura, a classe trabalhadora fortaleceu sua organização autônoma”, desta forma, no final da década os profissionais da educação de Santa Catarina conquistam sua organização de representação classista.

⁶ Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.

⁷ Celi Cecconi. Entrevista citada.



Esse sentimento muitas vezes passional por parte dos entrevistados, quando recordam da fundação do SINTE, também trazem uma esperança de uma valorização da categoria, e com isso é possível observar nas entrelinhas uma confiança na instituição que se formara. Quando a professora Terezinha relata os acontecimentos que deram origem ao SINTE, a mesma menciona o fato da categoria se unir, sentindo-se fortalecida a buscar uma mudança social com uma maior valorização profissional.

A própria estadual, aí nisso se institui o sindicato, não é mais a APROVA e ALISC, passa a ser sindicato, se regulariza, se autoriza, e aí criou-se uma força muito grande, as pessoas se sentiram fortalecidas, e as pessoas se uniram e naquele momento, aquele salão paroquial da Igreja (Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens) lotava, e tinha muita emoção junto com todo esse movimento porque foi uma época que as pessoas tinham muito um sonho de mudança social, que a diferença maior que eu vejo, dos jovens dessa época com os de hoje.⁸

No olhar da professora Madeca⁹ “um sindicato teria uma maior legitimidade, imagina tu ser representada por um sindicato, de um sindicato para uma associação tem diferença, muito mais força, o pessoal se sentiu mais seguro, e tu sabes que eu tive conquistas monetárias de causas lá daquela época”. O direito de associar-se em sindicato foi uma conquista da categoria a partir da Carta Magna de 88, entretanto o êxito foi o resultado de um processo gradativo da categoria.

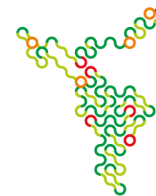
A professora Bernadete Proença ao evocar suas lembranças, cita que uma parte da categoria não estava familiarizada com a relevância do momento histórico vivenciado, mas alguns dos educadores articulavam esta fundação em todo o Estado, entre eles estava o professor Nilson Matos Pereira, que tornou-se uma liderança estadual nesse processo, muitas vezes não contando com a concordância de alguns colegas, mas adquirindo no decorrer do tempo um respeito tanto regional como dentro da organização do SINTE Estadual. De acordo com Bernadete¹⁰ umas das lideranças era o professor “Nilson, muito articulador, tinha Ideli que articulava, a Ana Aquini, mas assim, nós articulávamos aqui e eles articulavam em outras regiões. O Nilson era uma liderança não só no nosso sindicato, mas era uma liderança estadual”.

Desta forma, percebe-se que havia uma correlação de diálogo constante entre a falta de informação e a formação política dos professores, onde existia então a necessidade de levar para as escolas os motivos pelos quais os trabalhadores em educação adquiriram o direito de se sindicalizar.

⁸ Terezinha Santos da Rosa. Entrevista citada.

⁹ Maria Edenir Espíndula Fernandes. Entrevista citada.

¹⁰ Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.



Consequentemente, esse direito foi adquirido com o trabalho e a perseverança de todos os professores que anteriormente a promulgação da Constituição de 1988 e da fundação do SINTE, se organizaram enquanto categoria. Enquanto associação essa relação de organização de luta e organização associativa se confundia, mesmo que a ALISC no Estado e a APROVA regionalmente estivessem sempre presente no movimento de embate ao governo.

A professora Celi Cecconi¹¹ relembra que “a maioria não sabia diferenciar a ALISC da APROVA, não tinha muito conhecimento. A APROVA foi meio que deixada de lado depois da formação do SINTE. Eu acho que deveria ser falado da APROVA na época da Ditadura Militar”.

Entretanto, mesmo com um sentimento de êxito aflorado na categoria por conquistar o seu sindicato, muitos professores ainda tinham um olhar de receio sobre o posicionamento político do SINTE. A falta de uma participação ativa nas instâncias de debate do SINTE e o conservadorismo político regional fazia que alguns professores optassem por desqualificar a luta da categoria. Contudo, para aqueles que se aproximavam essa imagem era desconstruída, perdendo o medo dos movimentos de luta.

A gente se fortalecia mais entre nós, a gente fazia esse trabalho de conversar e se reunir, sempre aparecia um ou outro, mas não vinham todos, mas nas suas escolas, no seu cotidiano, ainda tinham alguns que diziam que sindicato era coisa para comunista, que o sindicato era coisa para comer criancinha, era coisa para baderneiro, então tinha muito preconceito, foi um processo bonito mas doloroso e doido, teve muito choro e muita briga.¹²

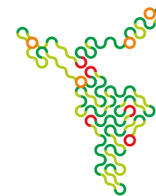
Nas memórias desses professores que vivenciaram este período está lúcido e presente a importância de ter a categoria organizada em um sindicato. Com o tempo muitos perceberam que aquela luta foi apenas mais uma das batalhas vencidas, e que nos anos seguintes outros confrontos viriam desfiar a união e o entendimento de classe dos professores da rede estadual do Vale do Araranguá.

Considerações Finais

Ao pesquisar sobre memórias de professores invariavelmente é impossível se chegar a alguma conclusão, ao contrário a cada entrevista surge um novo questionamento, uma outra lacuna que necessita de novas pesquisas. Quando essa pesquisa, a partir das memórias, aborda a constituição de

¹¹ Celi Cecconi. Entrevista citada.

¹² Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.



um sindicato de trabalhadores em educação, com certeza o estudo traz para o debate acadêmico inúmeros questionamentos, como a relação entre formação docente e luta de classes.

Os professores ao ceder um pouco das suas vivências através de suas lembranças e dos seus esquecimentos, não rememoram apenas um período histórico de uma instituição relacionada a sua categoria. Nas memórias desses educadores têm uma bagagem gigantesca de horas em sala de aula lecionando aos seus alunos, infintos debates em reuniões pedagógicas, projetos utópicos de escolas democráticas, consideráveis dias de abandono a sua família para assembleias sindicais, greves e congressos, e todos esses momentos contribuíram para transformações sociais imensuráveis para a comunidade que estavam inseridos.

Em suma, os professores presentes nesta pesquisa deixaram sua contribuição no primeiro momento para a categoria profissional que escolheram para sua vida, e agora puderam colaborar rememorando suas trajetórias e mais do que isso, o percurso histórico do próprio SINTE Regional de Araranguá. Nesse sentido, Bosi (1994, p. 474) diz que “a recordação é tão viva, tão presente, que se transforma no desejo de repetir o gesto e ensinar a arte a quem escuta”. O professor que participa da luta é como o artista que vive a arte e depois busca reviver ao ensinar ao outro.

Referências

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEMES, Lucirlene Pertuzatti de. A organização política – sindical dos profissionais da educação no oeste de Santa Catarina: o Sinte – regional de Maravilha (1988/ 2006). – 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado e Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba. 2007.

SOUZA, Ana Maria Borges de. **Das escolas às ruas: Movimento dos trabalhadores da educação**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, Educação e Sindicalismo no Brasil: Anos 90**. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.